

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

VICTOR DANIEL FERNANDES DE SOUZA

**O “DESCOBRIMENTO” DO BRASIL:
“NA NOSSA TESE O POVO PATAXÓ NÃO FICA DE FORA”**

Florianópolis
2019

Victor Daniel Fernandes de Souza

**O “DESCOBRIMENTO” DO BRASIL:
“NA NOSSA TESE O POVO PATAXÓ NÃO FICA DE FORA”**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Antropólogo.

Orientadora: Profa. Dra. Edviges
Marta Ioris

Florianópolis
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, Victor Daniel Fernandes de
O "descobrimento" do Brasil : "na nossa tese o Povo Pataxó
não fica de fora" / Victor Daniel Fernandes de Souza ;
orientadora, Edviges Marta Ioris, 2019.
109 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Antropologia,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Pataxó. 3. Aldeia Barra Velha. 4.
Descobrimento do Brasil. 5. Regimes de memória. I. Ioris,
Edviges Marta . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Antropologia. III. Título.

Victor Daniel Fernandes de Souza

O “descobrimento” do Brasil: “na nossa tese o Povo Pataxó não fica de fora”

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Antropólogo” e aprovado em sua forma final pelo Curso Graduação em Antropologia.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2019.

Profa. Dra. Maria Eugenia Dominguez
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Edviges Marta Ioris
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes
Avaliador
Universidade Federal do Paraná

Profa. Dra. Antonella Maria Imperatriz Tassinari
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, Vera e João Paulo, que me deram todo o apoio e incentivo para essa pesquisa, inclusive o financeiro. Agradeço por terem confiado em mim, jamais questionando meus objetivos. Sem o apoio de vocês essa pesquisa não seria possível.

Dou um agradecimento especial aos amigos Luiz Falcão e Neusa Moura, por todo o apoio que me deram para esta pesquisa e pela nossa longa relação de respeito e amizade, já que me conhecem desde a infância. Agradeço ao Luiz por ter me dado a oportunidade de ir conhecer o povo Pataxó pela primeira vez, e a vocês dois por me incentivarem na pesquisa com os povos indígenas, povos pelos quais ambos tem muita admiração e respeito.

Agradeço à minha orientadora, Edviges Ioris, pelo carinho, amizade, incentivo, e pela orientação comprometida e atenciosa, que foi desde a criação do projeto de pesquisa, até a pesquisa de campo, escrita e finalização. Sempre respondeu prontamente todas as minhas dúvidas e leu e releu inúmeras vezes meu texto. Admiro o compromisso com que se dedica à pesquisa com os povos indígenas e o compromisso na formação dos seus alunos. Por fim, agradeço imensamente o acolhimento que me deu durante a minha graduação e a dedicação com que me orientou na elaboração desse trabalho.

Um agradecimento especial a minha amiga, historiadora, Denise Araujo, que também leu e releu meu trabalho muitas vezes, e engajou-se profundamente, ajudando-me na escrita e contribuindo com sua análise sobre a pesquisa, dando ideias interessantes. Sou muito grato pela sua ajuda que foi muito importante para me incentivar na finalização dessa pesquisa.

Agradeço a todos os colegas do Núcleo de Estudos das Populações Indígenas (NEPI), da UFSC, pela amizade, suporte, e por todo conhecimento adquirido durante as nossas reuniões e projetos. Muitos leram atenciosamente meu trabalho e deram dicas e comentários valiosos. Agradeço também a todos os professores do curso de antropologia da UFSC pelos ensinamentos e por contribuir com a minha formação. Muito leram o meu TCC e acompanharam o processo de pesquisa, dando dicas muito importantes.

Agradeço aos colegas e amigos do curso de Antropologia, que também leram e acompanharam todo o processo de pesquisa, compartilhando dúvidas e aprendizados. Dou um agradecimento

especial à amiga Thaíse Novais, que me ajudou com a formatação do TCC, e com dicas sobre o trabalho.

Gostaria de agradecer imensamente ao povo Pataxó pela confiança, pela colaboração para a realização desse trabalho, e por terem feito me sentir bem acolhido durante o período em que residi na aldeia Barra Velha para fazer a pesquisa de campo. Um agradecimento especial para Marcos e Ney Braz, e a toda a família que me acolheu no primeiro momento da pesquisa, entre eles, Priscila, Barata, Miguelina, Jussimar Pataxó e Kátia. Também gostaria de agradecer à Arauê Pataxó e a toda sua família, que me acolheu durante o segundo momento de pesquisa e com quem passava muito tempo conversando. Trago boas recordações. Um agradecimento para Arauíra, Paula, Damiana e Fernanda Braz, Jujú, Fabiano, Francis Pataxó, Binho, Raoní, Biráí, Ianã Pataxó, Adalton Nascimento, Dona Conceição (Jabuticaba), Suruy Pataxó, Romildo, Jandaíres, Charles, Ubiratan, Txuí, Itajá Pataxó e a muitos e muitos outros que contribuíram para a elaboração dessa pesquisa. Também gostaria de agradecer à Deusuleide e Alfredinho (Alfredo Braz), que me acolheram na minha primeira visita à aldeia, em 2015. Desculpem-me se esqueci de alguém e espero que esse trabalho contribua de alguma maneira para as suas batalhas e que esteja à altura de suas expectativas.

Por fim, gostaria de agradecer a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para essa pesquisa.

RESUMO

Neste trabalho de conclusão de curso busquei abordar como os indígenas Pataxó da Aldeia Barra Velha, do município de Porto Seguro, no extremo sul da Bahia, compreendem o episódio do “descobrimento” do Brasil, nessa região que ocorreu a chegada da frota do navegador português Pedro Álvares Cabral, em 1500, episódio considerado fundador do país que passou a se chamar Brasil. O trabalho de campo para essa pesquisa foi realizado no período de 8 de janeiro até 4 de abril de 2018, através do qual foram realizadas entrevistas com lideranças indígenas, educadores, alunos e demais moradores da aldeia. Algumas das questões levantadas foram: Como os indígenas Pataxó descrevem o chamado “descobrimento do Brasil”? Como eles contam a história do descobrimento? Qual é a narrativa deles e como se contrapõe à mesma da história oficial? Desse modo, analisando as suas narrativas sobre o “descobrimento” do Brasil, buscou-se demonstrar como os indígenas estão atuando para elaborar um novo regime de memória sobre a história que resultou do contato com os portugueses, desde que eles chegaram a suas terras para impor a sua dominação. Ao mesmo tempo, mostrou-se como os Pataxó estão trabalhando para desconstruir estereótipos existentes na historiografia oficial e no senso comum, que não os reconhecem como legítimos descendentes da população nativa que se encontrava nestas terras quando Pedro Álvares Cabral chegou com sua frota, nem que ainda conservem suas diferenças culturais e identidades étnicas.

Palavras-chave: Pataxó; Aldeia Barra Velha; Descobrimento do Brasil; Regimes de memória.

ABSTRACT

In this undergraduate thesis I tried to discuss how the Pataxó Indians from Barra Velha Village, from Porto Seguro, in the extreme south of Bahia, understand the episode of Brazil's "discovery", since it was in this region that happened the arrival of Portuguese navigator Pedro Alvares Cabral fleet, in 1500, episode considered the founder of the country that was renamed Brazil. The fieldwork for this research was realized on December 8th to January 4th of 2018. Interviews were conducted with indigenous leaders, educators, students, and other villagers. Some of the questions raised were: How do the Pataxó Indians describe the so-called "discovery of Brazil"? How do they tell the history of discovery? What is their narrative and how is it in opposition of the official history? Analyzing their narratives about the "discovery" of Brazil, I sought to demonstrate how the indigenous are acting to elaborate a new memory regime about the history that resulted from the contact with the Portuguese, since they arrived in their lands to impose their domination. At the same time, it showed how the Pataxó are working to deconstruct existing stereotypes in official historiography and common sense, which do not recognize them as legitimate descendants of the native population who were on these lands when Pedro Alvares Cabral arrived with his fleet, nor they still retain their cultural differences and ethnic identities.

Keywords: Pataxó; Barra Velha Village; Discovery of Brazil; Memory regime

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Localização da Aldeia Barra Velha no mapa.....	20
Imagem 2 - Mapa da Terra indígena Barra Velha.....	21
Imagem 3 - “Bairro” Muriã, na aldeia Barra Velha. Rua que dá acesso à praia.....	22
Imagem 4 - “América”, Philips Galle. (1585-90). Na gravura do artista holandês, do final do sec. XVI, percebemos que está associada ao segundo regime de memória produzido sobre os indígenas no Brasil, aonde eram retratados como ferozes e canibais	29
Imagem 5 - “A Primeira Missa Rezada no Brasil” (1860), Obra do pintor Victor Meirelles	31
Imagem 6 - “O Último Tamoio”, pintura de Rodolfo Amoedo (1883). 32	
Imagem 7 - Indígena Pataxó.....	34
Imagem 8 - Uma das “ruas” principais do vilarejo de Caraíva. Destino turístico, Caraíva faz fronteira com a terra Indígena Barra Velha.....	75
Imagem 9 - Ritual tradicional Pataxó (Awê).....	77
Imagem 10 - Arauê e sua irmã dona Jabuticaba na aldeia Pará.....	83
Imagem 11 - Ianã Pataxó produzindo uma de suas famosas esculturas de madeira.....	92

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 QUEM DESCOBRIU O BRASIL?	17
1.1.1 Meu primeiro contato com os pataxó	18
1.2 O POVO PATAXÓ	19
1.2.1 Quem são e onde estão os pataxós	19
1.2.2 Os índios invisibilizados e a indústria do turismo	25
2. A TEORIA E A PESQUISA	27
2.1 OS REGIMES DE MEMÓRIA	27
2.1.1 As situações históricas	36
2.2 OS PATAXÓ NA LITERATURA HISTÓRICA E ANTROPOLÓGICA: PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	39
2.3 MÉTODOS DE PESQUISA E O TRABALHO DE CAMPO	43
2.4 ESTRUTURA DO TCC	47
3. OS PATAXÓS EM SUAS SITUAÇÕES HISTÓRICAS	49
3.1 INTRODUÇÃO	49
3.2 A CHEGADA DA FROTA DE CABRAL E A PRESENÇA INDÍGENA NA REGIÃO DE PORTO SEGURO	50
3.2.1 A subjugação dos tupiniquins	52
3.2.2 Os índios dos sertões e o aldeamento na aldeia Barra Velha	55
3.3 O FOGO DE 51 E A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL	61
3.3.1 O Fogo de 51	61
3.3.2 O Parque Nacional do Monte Pascoal	66
3.4 A LUTA PELA DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO E A RETOMADA DO MONTE PASCOAL	68
3.4.1 A luta pela demarcação do território	68
3.4.2 A retomada das terras da área do Monte Pascoal	71
3.5 O TURISMO DA COSTA DO DESCOBRIMENTO E OS “ÍNDIOS TURÍSTICOS”	72
3.5.1 Os Pataxó da aldeia Barra Velha e a relação com o turismo	75
4. OS PATAXÓS E O “DESCOBRIMENTO” DO BRASIL	79
4.1 INTRODUÇÃO	79
4.2 O “DESCOBRIMENTO”, O ESTRANHAMENTO E A RESISTÊNCIA PRIMEIRA	80
4.3 DOS ESPELHOS À DOMESTICAÇÃO, À DOMINAÇÃO	84
4.4 DA INVASÃO, DA VIOLÊNCIA E DOS ESTIGMAS	86

4.5	3.5. A FELICIDADE QUE SE FOI E O ÍNDIO CIDADÃO	92
4.6	“NA NOSSA TESE O POVO PATAXÓ NÃO FICA DE FORA, SOMOS FORTES SOMOS GUERREIROS”	97
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS	107

1.INTRODUÇÃO

1.1 QUEM DESCOBRIU O BRASIL?

Nas escolas aprendemos que o navegador Pedro Alvares Cabral “descobriu” o Brasil, em 1500, quando, por um possível erro de percurso, teria chegado à região do Monte Pascoal, um morro de 536 metros de altura, que ele mesmo nomeou. Essas mesmas narrativas sobre o descobrimento do Brasil também acabam sendo transmitidas aos indígenas, principalmente aos que habitam a chamada “Costa do Descobrimento”, território onde se localiza a maioria dos indígenas do povo Pataxó, no estado da Bahia, e onde eles têm contato intenso com os turistas e com a comunidade envolvente, que reproduzem essas narrativas sobre o “descobrimento” tendo sido feito pelos portugueses.

Apesar do primeiro pedaço de terra avistado pela frota de Pedro Álvares Cabral ter sido o Monte Pascoal, a esquadra comandada por ele desembarcou cerca de 80 quilômetros ao norte, onde hoje se encontra a divisa dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, e também a aldeia indígena Pataxó chamada Coroa Vermelha. Na aldeia Coroa Vermelha também se encontra uma cruz que faz alusão à primeira missa rezada no Brasil. O fato de Cabral ter escolhido esse lugar para ancorar não foi ocasional. A geografia do local é favorável, possui uma baía, que fornece proteção para as embarcações ancorarem tranquilamente; por isso também o nome da cidade ser “Porto Seguro”.

Os Pataxó escutam dos donos dos estabelecimentos comerciais locais, dos representantes dos órgãos públicos e dos guias turísticos, que apesar de seus antepassados se encontrarem naquelas terras quando os Portugueses chegaram com as suas frotas, foram os Portugueses que as teriam descoberto e ocupado. Essa visão da história, que faz parte da versão da história oficial brasileira, não contempla a perspectiva dos indígenas na formação histórica do Brasil, nem nos locais onde eles ainda estão lá para testemunhar as formas de ocupação que o colonizador estabeleceu depois que se apossou das terras dos indígenas.

Quando visitei os Pataxó pela primeira vez, em 2015, essa situação me pareceu um pouco surreal, até risível. Esse aparente contrassenso me instigou a procurar entender como os indígenas Pataxó compreendem esse processo. Como pensam e entendem essa versão da história de que o Brasil teria sido “descoberto” por Pedro Alvares Cabral? Assim, esse trabalho de conclusão de curso (TCC) estará preocupado em entender a visão dos indígenas Pataxó a respeito da

versão oficial que a historiografia Brasileira elaborou sobre o “descobrimento do Brasil”. Para isso, focarei especificamente na compreensão dos Pataxó da Aldeia Barra Velha, na Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, no extremo sul do estado da Bahia, no município de Porto Seguro, buscando entender como eles constroem suas narrativas sobre esse evento fundador do Brasil. Nesse TCC, busco compreender em que medida eles concordam, ou eles apresentam uma contra-narrativa a da história oficial Brasileira. Enfim, busco compreender uma pergunta simples: Como os Pataxó contam a história do “descobrimento do Brasil”?

1.1.1 Meu primeiro contato com os pataxó

Meu primeiro contato com os Pataxó da Aldeia Barra Velha ocorreu no ano de 2015, quando fui acompanhar um amigo que lhes daria um curso de capacitação sobre o uso da energia elétrica, desenvolvido no âmbito do programa Luz para Todos, do governo federal. Eu ajudava no curso, dando suporte na organização do evento. Foi meu primeiro contato com os Pataxó, quando pude conhecer um pouco da aldeia, do povo e da sua cultura. Nesta ocasião ficamos na aldeia somente dois dias, e a maior parte do tempo dedicado a aplicação do curso. Apesar do pouco tempo, para mim foi interessante conviver de perto com esse povo indígena. Até então eu nunca havia estado em uma aldeia indígena e esse contato me instigou a conhecer mais sobre seus costumes e sua cultura.

No ano seguinte, após essa visita à aldeia Pataxó, tive a oportunidade de cursar a disciplina de etnologia indígena na UFSC com a professora Edviges Ioris e o professor José Kelli Luciani. Comentei com a professora Edviges sobre meu interesse na temática. E ela então me convidou para frequentar os encontros semanais do NEPI (Núcleo de Estudo dos Povos Indígenas) da UFSC, o qual ela coordenava e onde permaneço vinculado até hoje, aprofundando meus conhecimentos sobre a problemática indígena, que até então eram poucos. O convívio no NEPI, e o aprofundamento no tema através da disciplina de etnologia indígena, assim como da disciplina de história indígena, também cursada na UFSC, fizeram-me cogitar uma pesquisa de campo com os indígenas Pataxó da Aldeia Barra Velha, especialmente sobre a sua relação com o turismo e a “Costa do Descobrimento”.

Uma das coisas que me marcaram na minha primeira visita à aldeia foi a proximidade com o Monte Pascoal, o imponente marco

histórico Brasileiro, que pode ser visto da estrada principal que leva ao centro da aldeia. Já naquele momento me ocorreu o seguinte questionamento: Por que não explorar a temática do “descobrimento” do Brasil sobre a perspectiva indígena? Como a versão do “descobrimento” do Brasil repercute e é reelaborada pelos Pataxó?

1.2 O POVO PATAXÓ

1.2.1 Quem são e onde estão os pataxós

Grande parte do povo Pataxó habita o extremo sul da Bahia, onde os indígenas se encontram distribuídos em cerca de trinta aldeias nos municípios de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Prado e Itamaraju, além de três aldeias no município de Carmésia e outras três nos municípios de Araçuaí, Açucena e Itapicirica, no estado de Minas Gerais (CARDOSO 2016:46), totalizando uma população de 12.326 pessoas (SIASI /SESAI 2014). No extremo sul da Bahia essas aldeias se distribuem em seis Terras Indígenas: Águas Belas, Aldeia Velha, Barra Velha, Imbiriba, Coroa vermelha e Mata Medonha; situadas nos municípios de Santa cruz Cabrália, Porto seguro, Itamaraju e Prado. No estado de Minas Gerais as aldeias Pataxó estão espalhadas em três Terras Indígenas: Fazenda Guaraní, no município de Carmésia; MuãMimatxí, no município de Itapeçerica e Jundiba/Cinta Vermelha, no município de Araçuaí¹.

Na Bahia também existem os Pataxó Hãhãhãe, que apesar de serem aliados dos Pataxó na luta por território, se trata de outra etnia. Eles também habitam o sul da Bahia, entretanto um pouco mais ao norte do que os Pataxó. Além dos Pataxó e dos Pataxó Hãhãhãe, atualmente ainda existem outras doze etnias indígenas no estado da Bahia, entre eles os Tupinambá de Olivença, os Kiriri, Atikum, Pankararé, Truká, entre outras, conforme aponta o Instituto Socioambiental².

Em termos linguísticos, a língua Pataxó pertence à família Maxakalí, tronco linguístico Macro-jê (CARDOSO 2016:46). Contudo, de acordo com Grunewald (2001), que estudou os Pataxó da Aldeia Barra Velha e de outras aldeias da Bahia, “é difícil qualificar a formação étnica do povo Pataxó, e os problemas começam nas dúvidas quanto à

¹ <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Patax%C3%B3#Localiza.C3.A7.C3.A3o>

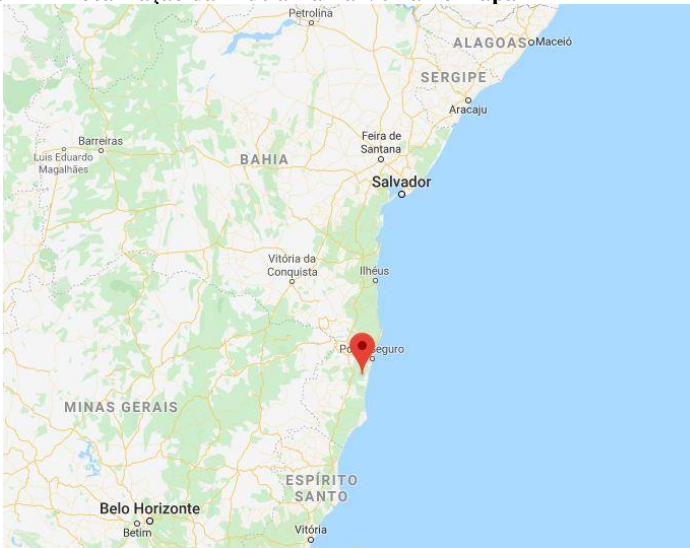
² https://pib.socioambiental.org/pt/Categoria:Povos_ind%C3%ADgenas_na_Bahia

classificação de sua família linguística” (p. 81). Segundo o autor, o “idioma Pataxó’ que os índios apresentam atualmente é composto de uma estrutura gramatical portuguesa e léxico maxacali, tupi e algumas palavras de origem incerta” (p. 83). Em sua maioria, os Pataxó são falantes do Português, mas, ao mesmo tempo, eles estão processo de reconstrução de sua língua materna, o “Patxohã”, através do trabalho dos pesquisadores indígenas.

Itajá Pataxó, indígena e historiador da aldeia Barra Velha, disse-me que no início das pesquisas com o Patxohã, eles contavam com mais ou menos 300 palavras, e que hoje em dia eles já tem registradas milhares de palavras, indicando que as pesquisas estão avançando. No dia a dia durante minha pesquisa me comunicava normalmente com eles em português, apesar de no vocabulário muitas vezes misturarem palavras da língua indígena com o português, ocasião que me serviu para aprender algumas palavras em seu idioma.

A aldeia Barra Velha, aonde conduzi minha pesquisa, é considerada a aldeia principal, e tem o mesmo nome da Terra Indígena. Está localizada nos limites do município de Porto Seguro, no extremo sul do estado da Bahia.

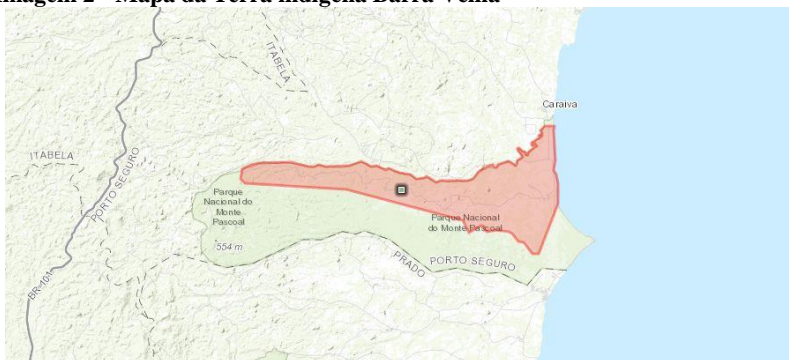
Imagem 1 - Localização da Aldeia Barra Velha no mapa



Fonte: Google Maps.

É a aldeia mais antiga dos Pataxó, e por isso é chamada também de “Aldeia mãe” , pois é compreendida como ponto de partida para formação de todas as demais aldeias Pataxó, inclusive as que se encontram no estado de Minas Gerais. A área já demarcada e regularizada da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal é de apenas 8.627 hectares, o restante está aguardando a finalização do seu processo de regularização³. Quando finalizado este processo, se finalizado, essa Terra Indígena contará com a área de 54.000 hectares, que, de acordo com os Pataxó, é o que corresponde ao seu território tradicional. São várias as áreas que os Pataxó reivindicam a demarcação, mas muitas delas estão paralisadas por conta dos conflitos com órgãos governamentais e com fazendeiros que disputam na justiça a terra dos indígenas. Um problema antigo que os Pataxó da TI Barra Velha enfrentam é a sobreposição da terra indígena com o (Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP, ou Parna Monte Pascoal), criado em 1961, e que atualmente é administrado pelo ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade). Esta sobreposição dos limites desta Terra Indígena com o Parna Monte Pascoal tem gerado uma série de conflitos entre o povo Pataxó e a administração do Parque (SAMPAIO 1996, 2000; CARVALHO 2009; CARDOSO 2016).

Imagem 2 - Mapa da Terra indígena Barra Velha



Fonte: Disponível em :<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3615>.

Na aldeia Barra Velha encontram-se duas escolas, uma de primeiro grau e outra de ensino médio, um posto de saúde, um posto da FUNAI, padaria, igrejas católicas e evangélicas, alguns mercados onde

³ Disponível em:

http://www.funai.gov.br/terra_indigena_3/mapa/index.php?cod_ti=5802.

se compram alimentos e suprimentos básicos, e um centro de cultura, que é uma tenda bem grande de madeira e palha onde se realizam os “luaus” e os demais rituais tradicionais Pataxó. A maioria das casas é de alvenaria (cimento), e algumas são de “taipa” (barro com madeira). A estrutura e distribuição espacial da aldeia Barra Velha conta ainda com a existência de alguns “bairros”.

Quando eu cheguei para meu trabalho de campo na Aldeia Barra Velha, inicialmente, residi na casa de Ney, irmão de Marcos Braz, que é funcionário dada coordenação técnica local da FUNAI do município de Porto Seguro. Ney mora no centro da aldeia, que é o local mais movimentado, onde se encontram os mercados, padaria, igrejas e o posto de saúde e da FUNAI. Durante o resto do tempo da pesquisa, de fevereiro até começo de abril, fiquei residindo na casa de Arauê, que morava na divisa entre o bairro Muriã e o bairro Pistola, que ficam mais perto da praia.

Imagem 3 - “Bairro” Muriã, na aldeia Barra Velha. Rua que dá acesso à praia



Fonte: Acervo Pessoal.

A casa de Arauê, assim como a de Ney, era de alvenaria, no entanto, possuía outra casa em seu terreno, que era de taipa. A família de Arauê se dividia entre as duas casas, dormindo a noite na casa de alvenaria, e passando o dia na casa de taipa. Quando conversei com dona Jabuticaba, irmã de Arauê e pajé da aldeia Pará (aldeia dentro da Terra Indígena Barra Velha) ela disse que a partir do momento que chegaram as primeiras casas de alvenaria na aldeia, os Pataxó têm

preferido a este tipo de casa. Nas palavras de dona Jabuticaba, “porque tem menos bichos, como mosquito, percevejo etc, que fazem ninhos nas paredes de barro”.

O ideal para preservar a cultura, de acordo com ela, era ter dentro do terreno uma casa de alvenaria e uma tradicional (de taipa). A de taipa se usa para passar o dia e usar o fogão a lenha, que, de acordo com ela, deixa a comida bem melhor, e a de alvenaria somente para dormir, porque é mais confortável. Durante o dia, Arauê e sua família, composta de quinze filhos, embora apenas três morem com ele, passavam o dia quase todo no quintal, pois acham que dentro de casa é muito quente, e no fim de dia, se reuniam em torno do fogão a lenha para tomar café, jantar e conversar.

A organização sociopolítica dentro da aldeia é complexa, mas, para uma visão geral de reconhecimento, apresento aqui apenas os principais pilares de sua estrutura e dinâmica.

Em cada aldeia existe um cacique, considerado a autoridade máxima. Foi-me dito que é ele quem dá a palavra final sobre as decisões que são tomadas. Porém, antes de tomar alguma decisão importante, o Cacique consulta também outras lideranças que têm voz ativa dentro da aldeia, como ex-caciques, anciãos e professores. O atual Cacique da aldeia Barra Velha chama-se Suruí. Além do cargo de cacique, também existe o vice-cacique, que é quem representa o cacique quando ele não está presente. O nome do atual vice Cacique é Charles.

Além do Cacique e do vice-Cacique, também existem pessoas que atuam politicamente representando o povo Pataxó, e que são chamadas de “lideranças indígenas”. Adalton, por exemplo, pelo que pude observar, é uma liderança dentro da aldeia. Sempre quando eu ia visitá-lo ele estava engajado em alguma atividade, como viajar a Porto Seguro para falar com o prefeito para reivindicar recursos para algum projeto da aldeia, ou em reunião com o Cacique, para resolver algum problema como a bomba de água que abastece quase toda a aldeia, ou arrumar o ônibus que leva as crianças das outras aldeias para a escola, que estava com defeito. Recentemente, Adalton havia se candidatado a vereador, mas não conseguiu os votos suficientes para se eleger. Ele era uma das pessoas que sempre estavam ao lado do Cacique para qualquer problema na aldeia. Ele também foi um dos principais interlocutores do antropólogo Rodrigo Grunewald quando este fez pesquisa de campo na aldeia Barra Velha no ano de 2000, para sua dissertação de Mestrado (Grunewald, 2000). Também a mim Adalton sempre recebeu muito bem em seu *Kijeme* (casa, em Patxohã), onde passamos muitos momentos conversando enquanto tomávamos um café.

Antonio Arauê, que foi meu anfitrião durante aproximadamente dois meses, também se destaca como uma liderança indígena. Foi o primeiro professor de Língua indígena na aldeia, e também é compositor de canções para os rituais Pataxó. Antonio Arauê foi durante muito tempo um representante cultural do povo Pataxó, e muito conhece da história de seu povo. Também foi interlocutor do antropólogo Rodrigo Grunewald, no ano 2000, no que forneceu relatos da história Pataxó para o autor. É constantemente procurado por estudantes quando querem fazer pesquisa sobre este povo.

Além de Arauê e Adalton, encontrei-me ainda com outras pessoas que também eram consideradas lideranças entre os Pataxó, como o indígena Raoní Pataxó, por exemplo, considerado “Agente cultural” do povo Pataxó.

Além dele, Marcos Braz, indígena que é da coordenação local da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), também é uma pessoa importante dentro da aldeia. Marcos tem a função de mediar as demandas entre as lideranças indígenas e a FUNAI. Está constantemente em reunião com as lideranças a fim de solucionar os problemas da aldeia, que são muitos, e também estava presente juntamente com Adalton quando fui apresentar o meu projeto de pesquisa para o Cacique Suruí. Foi com Marcos que fiz os contatos por telefone a partir de Florianópolis para realizar minha pesquisa junto aos Pataxó, e foi ele quem conversou com as lideranças para obter a sua permissão dentro da aldeia.

Além das lideranças brevemente apresentadas, existem outras que irei apresentar ao longo do trabalho, e muitas outras que não citarei aqui, já que este não é o foco, e exigiria um levantamento mais pormenorizado que não pude realizar. Todavia, é importante registrar que em cada aldeia da Terra Indígena Barra Velha existem várias lideranças e que desempenham papéis importantes no funcionamento da sua organização política.

Apesar de o povo Pataxó compor um número significativo de indígenas, um dos maiores do Brasil, e apresentar uma complexa organização sociopolítica e cultural, eles, como já ressaltado, em geral são descritos como inexistentes pelos poderes locais, assim como pela indústria do turismo que tem crescido enormemente nos últimos anos e dominando a economia local, descrevendo-os como extintos ou aculturados.

1.2.2 Os índios invisibilizados e a indústria do turismo

A região litorânea do sul do estado da Bahia tem se constituído um grande polo turístico nas últimas décadas, intensificando-se de modo muito abrupto, afetando de maneira especial os modos de vida dos Pataxó. Muitos turistas, quando se deparam com eles, têm dificuldades de assimilar ou compreender que eles são indígenas, pois, para esses turistas, os Pataxó não corresponderiam à imagem de indígena que esperavam encontrar, ou que lhes é vendida. Os próprios Pataxó me falavam que os turistas, muitas vezes, pensam que ao chegar na aldeia vão encontrar os índios pelados, vivendo em “ocas”, ou algo do tipo, e se decepcionam ao ver que não é assim. Eu também presenciei uma ocasião que uma família de turistas foi até a aldeia Barra Velha e perguntou para uma menina indígena que estava vendendo artesanatos: “*Mas vocês não vivem em ocas?*”.

Ocasião em que a menina, já educada nesse sentido e conhecedora da sua história, respondeu:

O Povo Pataxó foi o primeiro a ter contato com o branco, há pelo menos 500 anos. Durante todo esse tempo incorporamos muito de seus hábitos, mas isso não quer dizer que deixamos de ser indígenas. Não precisamos viver em ocas para ser indígenas.

Com o aumento cada vez maior da indústria do turismo na região, criou-se o que tem sido chamado de “turismo do descobrimento”. Muitos turistas vão para lá e têm a oportunidade de conhecer os locais onde se iniciou o “descobrimento” do Brasil, como a cruz da primeira missa rezada em solo brasileiro, localizada na Terra Indígena Coroa Vermelha. Apesar da carta de Pero Vaz de Caminha indicar que quem recebeu os navegadores quando aportaram em terras *brasilis* terem sido os índios, e os Pataxó estarem ali até hoje reivindicando serem eles o povo testemunho, a presença indígena é especialmente marginalizada nesse roteiro turístico. Aos indígenas é relegada somente uma imagem no passado, como se tivessem existido, porém hoje já estariam extintos, e tendem a considerar os Pataxó “índios ilegítimos”, “aculturados”.

É muito comum entre os turistas de Porto Seguro, e até mesmo entre os guias turísticos, afirmarem que os Pataxó não são “índigenas verdadeiros”. Rodrigo Grunewald (2001), por exemplo, estudando a questão em Porto Seguro, também observou que no “turismo do

descobrimto” os Pataxó têm sido deixados de fora. De acordo com o autor, que entrevistou guias turísticos:

Dois guias da SOLETUR afirmaram que explicam para os turistas que encontrarão ‘remanescentes’ (ou ‘descendentes’) indígenas (ou de índios) no local, vendendo artesanato, e que esses índios são ‘misturados’. (GRUNEWALD, 2001, p. 41).

O autor observa ainda que entre os Pataxó há um descontentamento em relação aos guias turísticos: “Em relação aos guias, são comuns as queixas, e até mesmo as acusações, de que eles, no limite, falam que não há índios em Coroa Vermelha...” (GRUNEWALD, 2001, p. 43).

Nesse sentido, os Pataxó vivem atualmente um dilema, entre outros, que é o de afirmar a sua existência e distintividade em um contexto de turismo e especulação crescente, que busca promover a memória dos colonizadores e nega a presença atual dos indígenas, divulgando uma visão fictícia como se os indígenas não mais existissem naquele espaço e fossem apenas parte do passado.

É nesse sentido que neste TCC me proponho a pensar a visão dos indígenas sobre esse processo de “descobrimto do Brasil” no atual contexto litorâneo do sul da Bahia, chamada “Costa do Descobrimto”. Pretendo abordar os modos como os Pataxós compreendem a versão do “descobrimto do Brasil” e como lidam com ela, tanto para desconstruí-la como para construir uma versão alternativa da formação do Brasil, que inclua e ressalte sua atual existência, na mesma direção que fez a pequena menina Pataxó ao responder aos turistas que, embora eles tivessem quinhentos anos de contato e incorporado muito dos hábitos dos brancos, eles não tinham deixado “de ser indígenas”.

2. A TEORIA E A PESQUISA

2.1 OS REGIMES DE MEMÓRIA

Para compreender essa insistente negação da existência dos indígenas Pataxó, como pude observar durante meu trabalho de campo, e pensar as visões dos Pataxós sobre a história do “descobrimento do Brasil”, tomei como importante referência teórica o livro **“O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação, regime tutelar e formação de alteridades”**, de João Pacheco de Oliveira (2016), no qual ele analisa de modo muito crítico como os indígenas têm sido representados na historiografia brasileira, desde a chegada dos Portugueses, no século XVI, até a atualidade. Em sua análise, o autor elabora o conceito de “regimes de memória”, cujos pressupostos compreendem que a historiografia não é neutra, mas foi escrita por determinadas pessoas de acordo com suas ideologias, interesses, e capacidade material disponível no contexto que foi elaborada.

Neste livro, Pacheco de Oliveira analisa as diferentes formas que os indígenas foram retratados na historiografia brasileira, que desde a chegada dos Portugueses até os dias atuais. A esses diferentes modos de representação sobre o indígena, com suas próprias narrativas, que o retratam de modo diverso desde que a colonização se iniciou no Brasil, o autor denomina de “regimes de memória”. Em cada regime de memória, esse conjunto de representações do indígena refletem os interesses políticos, econômicos e ideológicos daqueles que as produziram. Nessa compreensão, o autor assina que:

É preciso aprofundar a compreensão específica sobre a presença indígena em cada um dos contextos históricos em que essas representações foram formuladas, buscando estabelecer como aí funcionou efetivamente um regime de memória, associando ações, narrativas e personagens, e lhes integrando em formas de construção de significados. (OLIVEIRA, 2016, p. 26).

Assim, analisando como os indígenas foram retratados de variadas maneiras, durante os 519 anos de colonização no Brasil, Pacheco de Oliveira (2016) destaca cinco regimes de memória no que diz respeito a presença indígena na formação do Brasil.

O primeiro regime de memória é o que está relacionado com a chegada dos primeiros colonizadores, até aproximadamente a metade do século XVI, ou seja, durante as primeiras cinco décadas da colonização. Nos registros desse primeiro momento, Pacheco de Oliveira observa como os portugueses que chegavam consideravam os autóctones como “nações indígenas”, sendo que os seus líderes, tal qual em outra nação, eram chamados de reis. O autor chama a atenção que a atribuição de uma primitividade aos indígenas, que se tornou comum em certa época, não foi algo produzido nesses primeiros contatos. Ao contrário, Pacheco de Oliveira demonstra que nesse primeiro regime de memória havia certa “simpatia” dos colonizadores para com os indígenas. Este período também é marcado por uma disposição dos colonizadores em estabelecer alianças com os indígenas, que muitas vezes se materializavam com casamentos dos portugueses com as filhas dos chefes indígenas. O autor ressalta que nesse primeiro momento ainda não havia a decisão de uma ocupação e domínio direto por parte da coroa portuguesa, o que somente passou a se tornar política de Estado a partir da metade do século XVI, depois das ameaças de outros países de tomarem e se apropriarem destas terras.

Assim, após os primeiros registros, aonde os indígenas eram descritos de forma mais positiva, as narrativas sobre eles passaram a mudar, e as novas versões que se constroem sobre os indígenas configuram-se em um segundo regime de memória. Segundo Pacheco de Oliveira (2016, p. 27),

Em algumas ilustrações encontradas em mapas holandeses, franceses e italianos, é possível acompanhar como os colonizadores passaram de uma atitude de relativa simpatia (na qual os indígenas eram representados como exibindo com fidalguia e naturalidade costumes radicalmente distintos dos europeus) para uma postura de criminalização (destacando a sua permanente belicosidade e a prática do canibalismo).

Para o autor, neste segundo regime de memória no que diz respeito a presença indígena na historiografia, os indígenas, que primeiramente foram descritos como “reis”, passaram a ser descritos como “bravos”, “selvagens”, “canibais”. Essas novas representações dos indígenas começam a ser produzidas ao mesmo tempo que Portugal decide ocupar de modo definitivo e direto as terras habitadas pelos indígenas, e não mais negociar com eles. O objetivo era passar a ser

ocupar e explorar diretamente as suas terras e fazê-los mão de obra escrava. Foi durante esse regime também que operava a distinção entre o índio “colonial” e o índio “bravo”. O índio bravo, também chamado de “Tapuia”, se opunha ao “índio colonial”. O “Tapuia” era representado como uma ameaça, na medida em que não havia se cristianizado nem sido incorporado aos trabalhos na colônia. O “índio colonial”, contrário, era o indígena já vinculado a empresa colonial e considerado aculturado. Era sobre o Tapuia, principalmente, que os colonizadores adotaram a estratégia de “criminalizá-lo para então subjugá-lo”. Sobre este eram empreendidas expedições militares, chamadas de “guerras justas”, com a finalidade de escravizá-lo e (ou) cristianizá-lo, já que era considerado um entrave à colonização.

Imagem 4 - “América”, Philips Galle. (1585-90). Na gravura do artista holandês, do final do sec. XVI, percebemos que está associada ao segundo regime de memória produzido sobre os indígenas no Brasil, aonde eram retratados como ferozes e canibais



Fonte: Disponível em <https://www.rijksmuseum.nl/en/collection/ RP-P-1966-225>.

Adiante, já no Brasil independente, Pacheco de Oliveira (2016) identifica o terceiro regime de memória, quando uma nova imagem sobre o indígena novamente passa a se configurar. Neste Terceiro regime de memória, produzido em meados do século XIX, o indígena, não mais descrito como feroz e canibal, passa a ser descrito como um “nobre guerreiro”, “belo e forte”, mas que, entretanto, já havia sido extinto. A explicação é que a brutalidade da colonização e as doenças teriam acabado com o indígena. Segundo esta versão,

Uma vez iniciada (a colonização), os indígenas só poderiam ser concebidos como flores que fenecem, que precisam ser descritas e compreendidas antes que murchem e desapareçam. A superioridade tecnológica e militar dos colonizadores, as violências e epidemias dariam conta de explicar a sua extinção. (OLIVEIRA, 2016, p. 48).

As representações deste terceiro regime de memória foram produzidas em meados do século XIX, e estão relacionadas com o processo de construção e formação do Brasil como nação-estado independente. Foi mais precisamente durante o segundo império, quando a elite intelectual e política da época estava preocupada em criar uma imagem de nação para o Brasil. Elas também são produtos do contexto do fim da escravidão negra (1888) e das políticas migratórias, assim como das teorias raciais deterministas, que consideravam o negro e o indígena como biologicamente atrasados e pertencentes à um estágio evolutivo inferior. A elite brasileira se queria em um país branco, promovendo a imigração europeia com o intuito de branquear a raça. O que ocorreu, desse modo, foi o silenciamento da presença negra e indígena. De acordo com Pacheco de Oliveira (2016, p. 50):

E só no segundo império, quando o projeto de nação se elabora a partir dos debates sobre a migração e o fim da escravatura, sem atribuir aos indígenas qualquer outra função que não a de símbolo da terra, que essa narrativa se estrutura, ganha autor (a monumental história geral de Varnhagen) e instituição mantenedora (o IHGB do Rio de Janeiro e, posteriormente, suas sedes provinciais), internalizando-se no pensamento da elite e de setores populares.

Pacheco de Oliveira (2016), além de nos apontar o lugar que ficou relegado ao indígena na nação emergente, o passado, também ressalta que os poetas, artistas e escritores deste período tiveram forte influência na construção desse terceiro regime de memória. Segundo o autor,

O terceiro regime de memória opera com uma imagem do indígena sempre remetida ao passado – é o autóctone, aquele que precedeu ao colonizador Português. Fortemente estetizado e enobrecido em seus costumes, foi transformado em personagem trágico da literatura indianista e das artes românticas. (OLIVEIRA, 2016. p. 28).

Pacheco de Oliveira destaca como “A primeira missa no Brasil” (1860), pintura feita por Victor Meirelles, e “O Último Tamoio” (1883), pintura de Rodolfo Amoedo, são exemplos que retratam a maneira como a elite, artistas e intelectuais da época passaram a considerar a presença indígena na nação emergente. O autor assinala que na obra de Victor Meireles, pintor catarinense, retratando o episódio considerado pela historiografia brasileira como o de fundação da nação, o indígena aparece como aquele que estava distante, alheio aos acontecimentos, sem nenhum protagonismo na chegada dos portugueses, como se estivesse indiferente a tudo que acontecia.

Imagem 5 - “A Primeira Missa Rezada no Brasil” (1860), Obra do pintor Victor Meirelles



Fonte: Disponível em: http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/06/PrimeiraMissaBR_VictorMeirelles.jpg

Na obra de Rodolfo Amoedo, em que aparece uma imagem gigante de um indígena morto, “decreta-se” a sua extinção, já que ela deveria representar, como o nome já sugere, o assassinato do último indígena brasileiro pelos colonizadores.

Imagem 6 - “O Último Tamoio”, pintura de Rodolfo Amoedo (1883)



Fonte: Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra1230/o-ultimo-tamoio>.

Para Pacheco de Oliveira (2016), essa imagem produzida sobre o indígena durante o segundo império lançou a invisibilidade sobre a existência dos indígenas no país. Os indígenas catequisados, que forneciam sua mão de obra para as fazendas e para os exércitos, foram considerado vassallos do rei, portanto, não possuidores de uma etnia diferenciada. Por conta das teorias evolucionistas que vigoravam na época, e que tinham o homem branco europeu e suas tecnologias como o ápice da linha evolutiva, os colonizadores consideravam que o indígena deveria aos poucos ir adotando o modo de ser do homem branco, e deixar sua cultura tradicional de lado, no que a religião indígena e seus costumes foram violentamente reprimidos. Ao desconsiderar a presença do indígena na historiografia, também desconsideraram a importância que a mão de obra indígena teve para a consolidação da colônia e na formação do Brasil.

O quarto regime de memória identificado por Pacheco de Oliveira (2016) foi produzido no período republicano, no início do século XX e preservou as visões do indianismo do século XIX, ainda retratando o indígena de maneira idealizada. Ao contrário dos indianistas do século XIX, entretanto, o autor ressalta que neste regime de memória o indígena não era mais descrito como completamente extinto, mas “habitando as regiões mais remotas do Brasil, “numa espécie de coração ou núcleo da nacionalidade, no meio das florestas intocadas, que reproduzem a natureza do país antes do descobrimento” (OLIVEIRA, 2016, p. 28).

De acordo com o autor:

Ao enfatizar unilateralmente o distanciamento dos indígenas frente ao mundo dos brancos, bem como sua dificuldade em lidar com as instituições e a tecnologia modernas, este regime de memória evidencia suas conexões com o discurso paternalista e de justificação da tutela. (OLIVERA, 2016, p. 19).

A “tutela”, a qual Pacheco de Oliveira se refere, foi a que passou a ser feita através do Serviço de Proteção ao Indígena (SPI), criado em 1910. Naquele contexto, a tarefa do SPI era controlar os indígenas que estavam impedindo os migrantes europeus que chegavam ao sul do Brasil de ocupar os territórios indígenas. Eram produtos das políticas migratórias que haviam sido postas em marcha desde o último quartel do século XIX, como parte das políticas que visavam branquear a população brasileira.

A imagem do indígena ainda era fortemente influenciada pela teorias evolucionistas deterministas raciais do século XIX, ou seja, o indígena, de acordo com essas teorias, se enquadrava em um estágio evolutivo inferior ao do homem branco, no que, portanto, necessitava da tutela do Estado. Essa “tutela” servia ao governo como uma forma de controle sobre esses indígenas, na medida em que podiam controlar as possíveis revoltas e favorecia a exploração econômica dos territórios desses indígenas. Os indígenas permaneceram nesta condição de “tutela” até a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, quando, segundo Pacheco de Oliveira (2016), inicia-se também um novo regime de memória.

Assim, finalmente, Pacheco de Oliveira destaca o quinto regime de memória sobre os indígenas no Brasil, que se conforma no momento

atual, e é encontrado sendo produzido pelos próprios indígenas e seus movimentos e organizações políticas. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, os indígenas passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direito, sendo-lhes designado um capítulo inteiro resguardando seus direitos a seus territórios, sua cultura, e sua autonomia.

De acordo com Pacheco de Oliveira (2016, p. 29), nesse novo regime de memória, os indígenas são os “principais artífices”, já que muitas vezes são eles próprios que estão construindo uma nova historiografia sobre seus povos. Entre eles, destaca-se uma quantidade significativa de indígenas que nas universidades produzem conhecimento sobre seu próprio povo. Ao contrário dos contextos históricos anteriores, em que os indígenas tinham suas tradições duramente reprimidas, atualmente:

Buscam expressar a sua condição de indígena atual com elementos diacríticos da sua alteridade: as pinturas corporais, os adornos e os cocares tornam-se muito valorizados, e circulam com intensidade entre os diferentes povos, independente de suas tradições específicas. (OLIVEIRA, 2016, p. 29).

Imagem 7 - Indígena Pataxó



Fonte: Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/galeria-de-imagens/473-artesanato/cocares-indigenas>.

O autor ressalta que o uso das tecnologias atuais, como a internet e os vídeos tem sido muito constante nesse novo regime, no qual os indígenas utilizam essas tecnologias como auxílio para divulgar suas demandas frente ao poder público e a sociedade, divulgando suas lutas por seus direitos. Eu também escutei entre os Pataxó, principalmente das lideranças indígenas, que antigamente a arma de que dispunham para se defender era o arco e flecha, e que hoje em dia essa arma é a caneta e o papel, ou seja, buscam estudar para se capacitar e fazer valer seus direitos frente as diversas esferas do poder público.

Desse modo, podemos considerar os Pataxó também como “artífices” na construção de um novo regime de memória, os quais estão constantemente em Brasília pressionando os políticos para verem suas terras demarcadas. Também muitos os indígenas Pataxó que estão nas universidades espalhadas por todo o País, os quais muitos eu conversei durante meu período de pesquisa na aldeia Barra Velha, que ressaltavam que estão contribuindo para contar a história do seu povo, e da sua luta para mostrar que continuam existindo, como veremos com mais detalhes no capítulo três. Os estudantes, os professores, os anciões, lideranças, chefias, assim como a pequena indígena frente aos turistas, todos se encontravam empenhados de contar uma história diferente sobre seu povo, mostrando que apesar dos séculos de colonização, de contato com a sociedade branca, os Pataxó continuam existindo e mantendo um modo próprio de viver. Assim, buscam contar uma história diferente daquela contada pelos guias turísticos, ou pelos livros de história produzidos pela historiografia oficial.

É nesse sentido que a abordagem de Pacheco de Oliveira (2016) nos oferece um forte instrumental para pensar como a presença indígena tem sido retratada na historiografia, através da noção de “regime de memória”, e permite-nos compreender as imagens que foram produzidas sobre o indígena ao longo da formação do Brasil, e como elas se reproduzem no cotidiano dos brasileiros nos dias de hoje. Essas imagens, divulgadas pela elite artística e intelectual, pelos meios de comunicação e pelos livros didáticos, privilegiaram a construção de um “índio bravo”, “canibal” “guerreiro”, que andava nú, habitando o interior das florestas intocadas Brasileiras. Essas imagens do indígena no Brasil não só impedem um real conhecimento dos indígenas no país, como se tornaram um estereótipo que ainda hoje prevalece. São estereótipos que buscam fazer a sociedade desacreditar da atual existência e modos de vida distintos dos muitos povos indígenas que se encontram no Brasil, já que eles não correspondem à esta produção estereotipada, nem nunca corresponderam.

Tomando como referência a noção de *regimes de memórias*, proposta por Pacheco de Oliveira (2016), podemos compreender um pouco melhor as razões que fazem os turistas, os seus guias, assim como grande parte da população regional, à desconhecem e renegarem a existência dos Pataxó, e de outros povos. Este estereótipo criado sobre o indígena no Brasil, que foi elaborado no segundo quartel do século XIX, parece estar tão introjetado no imaginário popular, que não lhes parece crível que ao se encontrarem com os Pataxó de que eles sejam realmente “indígenas”.

A imagem do indígena, como pretendeu a historiografia promovida desde o II Império, estava congelada no começo da colonização, com indígenas fortes, bonitos, saudáveis, mas que morreram com o “último Tamoio”. Imagens que foram ao longo do século XX sendo reproduzidas em filmes, nas escolas, nos livros, nos meios de comunicação e artes em gerais, ditando o modo das pessoas de como ver os indígenas. Em relação aos Pataxó, hoje é a indústria do turismo que ajuda a reforçar e reproduzir essas imagens estereotipadas, vendo a imagem do indígena encontrado por Pedro Álvares Cabral, como se não houvesse passado mais de meio milênio desde a sua chegada.

Ao caminhar pelas ruas e perguntar para as pessoas como elas pensam que é um indígena, muitas provavelmente responderão que se trata de um ser de cabelo liso, usando uma tanga, pelado, e habitando as matas. Se perguntar aonde que os indígenas moram, muitos responderão que provavelmente só existem indígenas na Floresta Amazônica. A realidade porém, é bem diferente. Existem povos indígenas por todo o território do país, inclusive no sul, sudeste e nordeste. Não necessariamente estarão usando uma tanga conforme o imaginário popular, mas sim usando um tênis, uma calça jeans, uma camiseta, e talvez um celular Iphone. Seus cabelos nem sempre serão lisos. Entre os Pataxó, por exemplo, historicamente ocorreu o intercruzamento com pessoas de várias origens étnicas, resultando em fenótipos variados, apesar disso, continuaram a se identificar enquanto indígenas.

2.1.1 As situações históricas

Para compreender melhor o “regime de memória” que os Pataxó elaboram na atualidade é preciso compreender um pouco melhor os processos históricos que se sucederam ao longo da colonização e que marcaram profundamente suas vidas, sua cultura e seu território, e que

resultaram no presente o processo de luta pelo reconhecimento de partes de seu território pelo Estado brasileiro, assim como pelo reconhecimento de sua própria existência. É também através dessa luta por reivindicação territorial que os Pataxó têm presentemente empreendido um novo regime de memória, procurando contar uma história diferente daquela divulgada pelos órgãos oficiais. Desde que a colonização se iniciou no século XVI, até os dias de hoje, os Pataxós sofreram diferentes processos históricos, conforme os sucessivos contextos sociopolíticos e econômicos foram modificando-se ao longo da história. Para essa compreensão histórica sigo o conceito de “situação histórica” presente no livro: *“O nosso Governo”. Os ticunas e o regime tutelar*”, também do professor João Pacheco de Oliveira (1988). Este conceito foi criado pelo autor como um instrumento analítico para compreender os processos de mudanças que os indígenas passaram ao longo do domínio colonial. Através das situações históricas é possível compreender os seus contextos sociopolíticos e as principais forças causadoras dos processos de mudanças sofridas pelo indígenas, assim como a modos de resistência e participação dos indígenas nestes processos. Nesse sentido, Pacheco de Oliveira (1988, p. 59) define a situação histórica como:

A capacidade que assume temporariamente uma agência de contato de produzir, através da imposição de interesses, valores e padrões organizativos, um certo esquema de distribuição de poder e autoridade entre os diferentes atores sociais aí existentes, baseado em um conjunto de interdependências e no estabelecimento de determinados canais para resolução de conflitos.

No caso dos Ticuna, a situação histórica analisada por Pacheco de Oliveira se refere ao período da economia da borracha, na primeira metade do século XX, dominada pelos padrões seringalistas, que detinham dominação quase absoluta sobre esses indígenas, pois contava com o apoio do Serviço de Proteção ao Indígena (SPI), que exercia a tutela sobre eles. Embora destacando as diferenças das relações de poder existente naquele contexto sociopolítico, o autor não deixa de considerar os Ticuna como agentes ou atores sociais, que sempre exerciam suas formas de resistência frente à dominação e tutela. Para o autor,

É importante ter sempre em mente que a noção de situação histórica é primordialmente um instrumento para o estudo da mudança social. Contrapõe-se assim radicalmente ao esforço historicista em buscar origens e impor continuidades e heranças. Distingue-se ainda do exercício de uma análise histórica, preocupada em atingir descrições ricas e singularizantes, enquanto a noção de situação histórica serve ao contrário como um referencial analítico para recorte e seleção de dados visando o estudo comparativo da mudança social. (OLIVEIRA 1988, p. 61).

Além disso, é fundamental ainda destacar o alerta metodológico que Pacheco de Oliveira (1988, p. 61) nos faz ao indicar que:

A abordagem por situações históricas se utiliza de referências históricas para descrever o processo (quando para isso haja uma historiografia disponível), mas não pode prescindir do entendimento de como os eventos são interpretados pelos atores que neles participam.

A noção de situação histórica se mostra útil para a problemática que proponho entre os Pataxó, na medida em que é um instrumento de análise que permite trabalhar os contextos históricos a partir de múltiplas perspectivas, e não somente levando em consideração os interesses de quem elaborou o registro historiográfico, que na maioria das vezes foram os não indígenas. Conforme já destacado, o conceito de situação histórica é um instrumento para a análise dos processos históricos que promoveram mudanças nos modos de vida dos indígenas. Aplicado ao contexto dos Pataxó da aldeia Barra Velha, ele me permitiu entender os diversos processos históricos enfrentados por estes indígenas desde o início da colonização até o período atual, e compreender melhor, a partir dos contextos históricos prévios, como estão reconstruindo a suas narrativas na construção de um novo regime de memória, que se contrapõe a visão do imaginário oficial e popular de que esses indígenas já não existem mais.

A partir das informações que encontrei entre os indígenas Pataxó, delimitei algumas situações concretas em que eles estiveram envolvidos ao longo dos 500 anos de colonização, muitas delas sendo apontadas por eles e constantemente presentes em suas narrativas. Trazendo para este TCC essas diferentes situações históricas busco apontar no que

diferenciam na situação histórica em que os Pataxó se encontram atualmente, na qual buscam construir uma narrativa alternativa sobre o “descobrimento” do Brasil e participação dos Pataxó na história do Brasil.

2.2 OS PATAXÓ NA LITERATURA HISTÓRICA E ANTROPOLÓGICA: PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Apesar do contato dos Pataxós com a sociedade ocidental atravessar a história da colonização no Brasil, de acordo com o pesquisador Thiago Motta Cardoso (2016, p. 47), doutor em antropologia pela UFSC: “A literatura produzida até então sobre os Pataxó não é tão vasta nem tão antiga”. O autor justifica essa afirmação dizendo que existem poucos registros históricos referentes à este grupo, tanto partindo dos órgãos governamentais quanto na etnologia indígena. A maioria das referências existentes, de acordo com Motta Cardoso, se desenvolveu a partir dos anos 70, após a realização das pesquisas de Maria Rosário de Carvalho e Pedro Agostinho no âmbito do Programa de Pesquisa sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB), da Universidade Federal da Bahia. Contudo, embora os estudos sejam recentes, os registros sobre os Pataxós, com este etnônimo aparecem desde o século XVII, conforme destacado por Maria Rosário de Carvalho (2009:508). Já a presença de indígenas na região do entorno do Monte Pascoal, no extremo sul da Bahia, foi registrada já no início do século XVI, e nos remete ao primeiro documento escrito da história do Brasil: a carta do Escrivão Pero Vaz de Caminha, do ano de 1500. Na carta, como é bem conhecido, o escrivão narra a chegada de sua embarcação nas *Terras brasilis* exatamente na região do Monte Pascoal, no dia 22 de abril, quando avistaram o primeiro pedaço de terra no continente que adentravam. Ao se aproximar do território, o capitão da embarcação nomeou o “grande monte, mui alto e redondo”, como Monte Pascoal, e o território Brasileiro, como Terra de Vera Cruz. Em suas palavras:

Neste dia, a horas de véspera, houvermos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz. (Trecho da

Carta de Pero Vaz de Caminha, sobre a chegada às terras que acabariam por ser conhecidas como Brasil)⁴.

Quando a frota em que se encontrava Pero Vaz de Caminha ancorou no que veio a ser conhecido como território brasileiro. O escrivão descrevia as pessoas que encontraram:

Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro [...]. Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. (Trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha).

Adiante, Carvalho (2009) ressalta os relatos do cronista Luiz dos Santos Vilhena, do final do século XVIII, e do desembargador Luiz Thomas de Navarro, no início do século XIX. Vilhena registra a presença de grupos indígenas distintos na Vila do Prado e em seu entorno⁵ e refere-se à existência de 12 aldeias de ‘índios bravos’, a uma distância de 12 léguas, situadas no Monte Pascoal” (VILHENA 1969:526). Vilhena também afirma que a vila do Prado servia de “barreira e obstáculo” às referidas doze aldeias de índios bravos do Monte Pascoal. Os “índios Bravos”, eram os Pataxó e seus aliados

O desembargador Luiz Thomaz de Navarro, por sua vez, “refere-se à pequena vila de Trancoso como ‘habitada de índios’ – cerca de 500 almas – que vive de plantar mandioca, serrar taboado e pescar”. Trancoso localiza-se alguns quilômetros ao norte da Terra Indígena Barra Velha, próximo da aldeia Pataxó Imbiriba. Atualmente Trancoso é um destino turístico altamente procurado devido à suas belezas naturais e infraestrutura.

Além dos relatos dos administradores coloniais, a presença dos Pataxó foi registrada pelo viajante naturalista alemão Maximilian Wied Neuwied (1989 [1820]), que empreendeu viagem pela Mata Atlântica entre 1815 e 1817, e fez registros sobre os Pataxó, que ele identificava

⁴ Disponível em:

<http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm>

⁵ Prado é o município que faz fronteira com Porto Seguro ao sul, e fica a poucos quilômetros da terra indígena Barra Velha.

como “índios Tapuias”, que, além dos Pataxó, ele incluía os seus “aliados”, das etnias Maxacalí, Cumanacho, Capucho e Panhami. Wied Neuwied publicou um livro chamado “Viagem ao Brasil” (1989 [1820]), onde registrou passagens que sobre os Pataxó e outros grupos indígenas na região do extremo sul da Bahia.

No século XX, nos trabalhos dos etnólogos Alfred Métraux e Curt Nimuendajú é onde “os Pataxó serão pela primeira vez considerados pela literatura etnológica” (CARDOSO 2016, p. 50) As considerações de Métraux e Nimuendajú sobre os Pataxó, entretanto, são, em grande parte, baseadas nos escritos de Wied Neuwied, e foram publicadas no *Handbook of South American Indians* volume I, obra organizada pelo antropólogo norte americano Julian Steward (1946:541-545). Nas meras cinco páginas em que fazem referência aos Pataxó, também falam dos indígenas Maxacalí, Macuní, Monochó e Malali, abordando aspectos de seus modos de vida, como a maneira de preparar comida, o tipo de habitação, a localização de cada grupo, o tipo de agricultura que desenvolviam, organização social e política, entre outros aspectos.

Darcy Ribeiro também faz referência aos Pataxó, entretanto, o autor afirma que eles já estariam extintos (RIBEIRO 1971, p. 149). Cardoso (2016:50), referindo-se à afirmação de Darcy Ribeiro de que os Pataxó teriam sido extintos em 1957, aponta que essa afirmação passou a ser questionada a partir de eventos críticos que ocorreram entre os Pataxó, como o conhecido como “Fogo e 51”, no início da década de 1950, e a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal, uma década mais tarde. Como já destaquei, estes eventos serão descritos com mais detalhes no capítulo 3, por constituírem de importância crítica para os Pataxó no reconhecimento oficial da sua existência enquanto povo indígena.

No início dos anos 1970, sob a coordenação do professor Pedro Agostinho da UFBA, foi realizada uma expedição no âmbito do Programa de Pesquisas sobre os Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB), com o objetivo de produzir pesquisas sobre os povos indígenas na Bahia, o que incluía os Pataxó da aldeia Barra Velha. Essa expedição, de acordo com o Agostinho (1980, p. 20),

[...] teve caráter exploratório e se destinou a recolher elementos preliminares para o estudo intensivo desse subsistema indígena, que é também camponês [...] abordamos os aspectos de ordem ecológica, social, histórica e legal capazes

de explicar a localização do grupo e de justificar sua permanência ali, por ele sempre desejada. (AGOSTINHOS, 1980, p. 20).

Após essa primeira expedição do PINEB à aldeia Barra Velha, ocorreu uma segunda fase da investigação, entre os anos de 1975 e 1977, da qual resultou a dissertação de mestrado de Maria Rosário de Carvalho (1977) intitulada “Os Pataxó de Barra Velha. Seu subsistema econômico”.

Além de estudos antropológicos realizados no âmbito da academia, também foram realizados estudos antropológicos, sob solicitação da FUNAI, para subsidiar o processo de demarcação da Terra Indígena Barra Velha, que iniciaram-se em 1981. Entre os pesquisadores que se dedicaram a estes estudos, além dos antropólogos Pedro Agostinho e Maria Rosário de Carvalho, também encontramos a referência importante do antropólogo José Augusto Laranjeiras Sampaio (2000). Além de esboçar a trajetória histórica dos Pataxó de Barra Velha, desde o início da colonização até o presente século, Sampaio também faz um apanhado dos conflitos da história contemporânea dos Pataxó, o que envolve o chamado “Fogo de 51 e o conflito que se sucedeu que foi a disputa entre os Pataxó e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) com a criação do Parque Nacional de Monte Pascoal, cujos desdobramentos tiveram forte influência no processo de demarcação da terra Indígena e persistem até hoje gerando conflitos, por conta das disputas com a administração do Parque.

Além desses estudos, destaca-se também o trabalho do antropólogo Rodrigo de Azeredo Grunewald (2001), intitulado “Os índios do descobrimento”. Em seu livro, Rodrigo de Azeredo Grunewald esboça a formação histórica e etnológica dos Pataxós em seus territórios, em especial a aldeia Barra Velha e a aldeia turística Pataxó de Coroa Vermelha. O autor busca demonstrar no livro de que maneira os Pataxó se afirmam como o “povo testemunho” da chegada de Cabral, ou nas palavras do autor, os “Índios do descobrimento”, disputando espaço em uma arena turística intensa. O turismo na região de Porto Seguro em muito se desenvolve ‘vendendo’ a imagem de ter sido o local do ‘descobrimento’ do Brasil, inclusive no nome dos bares e pousadas. De acordo com Grunewald (2001, p. 130), “Foi a arena turística que favoreceu a construção dos Pataxó como índios do descobrimento e a elaboração de uma interpretação atual de sua história, que se contrapõe à história dos descobridores/colonizadores”.

Ou seja, o turismo os incentivou a repensarem a sua história, e a produzirem uma contra-narrativa a oficial, que havia renegado a sua existência, descrevendo-os como extintos. Foi com a finalidade de buscar compreender a construção dessa contra narrativa histórica entre os próprios Pataxó que realizei a pesquisa para este TCC.

Diferentemente de Grunewald, todavia, fiz minha pesquisa somente na Aldeia Barra Velha, pois não dispunha de tempo nem de recursos para uma pesquisa mais ampla, que envolvesse outras aldeias Pataxó. Como iniciante da pesquisa antropológica, avalei ser mais produtivo me dedicar aos levantamentos somente em uma aldeia, e compreendê-la melhor, do que ampliar demais seu escopo e ariscar não ter tempo para os levantamentos necessários.

2.3 MÉTODOS DE PESQUISA E O TRABALHO DE CAMPO

Ir a campo realizar pesquisa se revelou um trabalho complexo, pois logo fui descobrindo que não era simplesmente chegar à aldeia e começar a fazer os levantamentos previstos. Era antes, como minha orientadora já havia me alertado, um longo processo de negociação e de ganhar a confiança daquelas pessoas que seriam estudadas. Antes de iniciar a pesquisa, tive que solicitar autorização aos Pataxó. Marcos Braz, o indígena funcionário da FUNAI, foi a pessoa que apresentou meu projeto de pesquisa para as lideranças e me ajudou a viabilizar a autorização para a entrada em campo. Enquanto preparava meu projeto de pesquisa entrei em contato telefônico com ele, e lhe apresentei das minhas intenções de realizar uma pesquisa junto ao povo Pataxó da Aldeia Barra Velha. Ele me disse que concordava com o projeto e apoiou a minha ideia, mas disse que para a pesquisa ser realizada de fato seria necessário uma conversa com as lideranças solicitando aprovação. Disse-me que assim que estivesse com o projeto pronto que lhe enviasse para que ele apresentasse ao Cacique e demais lideranças. Entre esse primeiro contato com Marcos e a finalização do projeto transcorreram-se alguns meses. Com o projeto pronto, em novembro de 2017, retomei os contatos com Marcos, por telefone, indicando que pretendia ir pra lá em breve. Enviei a ele meu projeto por e-mail e expliquei detalhadamente as condições da minha pesquisa, dizendo por quanto tempo pretendia ficar, e como pretendia proceder nas entrevistas, no que ele me respondeu que iria se reunir com as lideranças.

Esse processo de enviar o projeto e aguardar Marcos responder dizendo se conseguiu ou não o aval das lideranças demorou um pouco, o

que também me fez pensar na responsabilidade que caía sobre ele ao apresentar meu projeto, já que de certa maneira ele também seria responsável por minha presença na aldeia durante a pesquisa. Minha orientadora também escreveu uma carta me apresentando, em seu nome e no da Universidade, ajudando a ressaltar o compromisso e seriedade do trabalho.

A liderança Pataxó Adalton me disse que uns anos antes eles estavam querendo proibir a presença de pesquisadores dentro de suas terras, já que alguns consideravam essa presença incômoda. Uma queixa comum era de que os antropólogos faziam as pesquisas mas não retornavam para mostrar os resultados. Na ocasião, Adalton disse-me: “Ah, ai fica esses caras chatos andando por ai, nos olhando e fazendo um monte de perguntas.” Por outro lado, ele disse que os Pataxó também entendiam que essas pesquisas poderiam servir de registro para a posteridade, e possivelmente ajudá-los em alguma demanda frente ao poder público que viessem a ter, e por isso aceitavam determinadas pesquisas.

Após um tempo de espera, já em meados de dezembro de 2017, Marcos me mandou mensagem dizendo para ligar pra ele, liguei e ele disse: “*Está certo Vitor, pode vir fazer a pesquisa sim. Me diga a data certa que você vai chegar e já vou providenciar o lugar para você ficar. Somente te alerto que nessa época a aldeia é bastante movimentada*”.

Apesar de já ter sido avisado por Marcos Braz, antes de sair de minha cidade, de que poderia realizar a minha pesquisa junto a eles, quando cheguei na aldeia para iniciar as pesquisas soube que eu deveria primeiramente conversar com o Cacique, para me apresentar e explicar o meu projeto e seus métodos. No entanto, essa conversa também demorou pois quando cheguei o Cacique havia feito uma viagem, e só iria me receber quando voltasse. Enquanto isso não poderia iniciar a pesquisa, e o retorno do cacique demorou sete dias. Após o seu retorno, fui até a casa dele onde ele estava junto com Adalton. Tomei café com eles e expus meu tema, sobre o qual Adalton muito elogiou e disse ser muito importante. Eles disseram-me que iriam conversar entre si, já que necessitavam se reunir com outras lideranças para apresentar minha pesquisa.

Essa resolução final demorou quase um mês, desde o dia em que cheguei à aldeia, até que me autorizassem a começar as entrevistas. Antes disso fui muitas vezes à casa do Cacique em busca dessa autorização, porém eu não o encontrava, ou quando estava dizia que era necessária a presença de outros líderes para discutir minha questão. Somente no dia 08 de fevereiro, um mês após minha chegada, é que

recebi a autorização para iniciar as entrevistas. Na ocasião, fui até a casa do cacique e ele lá estava, e foi quando começamos a conversar. Ele me contou um pouco sobre sua história, e da luta a cerca do seu povo, o que será mais bem trabalhada ao longo do TCC. Após essa conversa, disse-me finalmente que eu já poderia iniciar as pesquisas.

Percebi que durante esse tempo em que aguardava a autorização, os Pataxós me observavam. Fiquei na “geladeira” por um tempo. Creio que possivelmente, se o Cacique quisesse, poderia me autorizar a iniciar a pesquisa já no meu primeiro dia dentro da aldeia. Entretanto, optou por aguardar um tempo e acredito que era para ver meu comportamento dentro da aldeia, e se realmente eles poderiam confiar na minha pessoa. Nesse sentido, posso afirmar que antes de eu estudá-los, eram eles, os Pataxós, quem primeiramente me “estudavam”.

Enquanto aguardava a autorização do Cacique para começar os levantamentos, eu fui conhecendo boa parte das lideranças e alguns indígenas da aldeia, que também passaram a me conhecer. Conversava muito com o líder indígena Adalton, que sempre me convidava para almoçar, e com o líder indígena Arauê, que era meu anfitrião. Sempre era uma troca de informações, no que muito perguntavam sobre como era minha cultura, minha família e minha cidade. Nessas conversas também “filosofávamos”, compartilhando nossas ideias sobre os mais variados assuntos, no que muita ouvia eles falarem das lutas de seu povo pelo território e por seus direitos.

Durante esse tempo em que aguardava a autorização e era “observado”, também aconteceram as festas dos padroeiros na aldeia. No dia 20 de janeiro ocorreu a festa de São Sebastião, e no dia 03 de fevereiro a festa de São Braz. Essas festas deixavam a aldeia muito agitada e envolviam sempre o trabalho das lideranças, dificultando um pouco o processo de discutirmos minha pesquisa, no que optaram por esperar passar as festas pra me autorizar a pesquisar.

Assim, autorizado, os levantamentos de campo para esse TCC consistiram em um conjunto de procedimentos realizados junto aos Pataxó da Aldeia Barra Velha, no período de 8 de janeiro à 4 de abril de 2018. Durante esse tempo realizei observação participante, com posterior registro em diário de campo, que escrevia sempre no final do dia, além de entrevistas conduzidas junto à lideranças indígenas, professores e indígenas da Aldeia Barra Velha. Nas anotações no caderno de campo registrava sobre os acontecimentos que se sucediam na aldeia e na minha rotina, além de buscar registrar a organização socioespacial da aldeia. No dia a dia, acompanhava os Pataxó em suas atividades e lidas diárias, muitas vezes os ajudando em seus trabalhos.

Acompanhei os Pataxó na pesca, na coleta de marisco no mangue e na praia, nos rituais de dança tradicional, no trabalho junto com os turistas de Caraíva, nas festas religiosas, nas missas católicas e evangélicas, além de outros eventos.

Para os levantamentos também me utilizei de um gravador digital para as entrevistas e uma câmera fotográfica digital para registro de imagens.

Seguindo as sugestões de minha orientadora e com dicas da disciplina de metodologia de pesquisa em mente, tive que ir, contudo, desenvolvendo na prática minha própria maneira de pesquisar. No campo, muitas vezes, temos que lidar com imprevistos, como uma chuva ou tempestade inesperada, que nos impede de realizar uma entrevista ou uma observação como havia sido programada. Algumas vezes tive que optar por deixar o caderno, a câmera fotográfica e o gravador de lado, e simplesmente participar da vida na aldeia, registrando somente ao fim do dia, no caderno, algo que me pareceu importante. Levar todos esses acessórios, em alguns momentos, não passa de um incômodo. Quando fui acompanhar os Pataxó para pegar carangueijo no mangue, por exemplo, decidi por não levar a câmera fotográfica, resistindo a vontade de bater fotos. Imagino que foi uma escolha certa. Para chegar ao mangue, muitas vezes, você ficava com água até a altura do peito ou tinha que nadar, o que seria difícil com uma câmera na mão, que também corria o risco de cair dentro do lodo. Outra coisa que era preciso ter em mente é que muitas vezes as pessoas se sentem incomodadas quando tem alguém apontando uma câmera para elas, ou gravando o que elas falam, e podem não se comportar da mesma maneira, ou ainda evitar dizer algumas coisas que poderiam ser importantes para a pesquisa. Quando eu ia bater alguma foto, ou gravar alguma conversa, sempre pedia permissão para a pessoa.

Assim, em meus levantamentos entrevistei estudantes de ensino médio, professores, lideranças espirituais (pajés), lideranças políticas, além de três indigenistas que estavam de passagem a trabalho na aldeia Barra Velha, e me foram apresentados por intermédio do líder Arauê. Além deles, tive algumas conversas com turistas e moradores de Caraíva, um pequeno vilarejo que faz fronteira com a terra indígena ao norte, e que tem turismo muito intenso. Em sua maioria entrevistei homens em idade adulta, mas também entrevistei algumas mulheres, anciãs e jovens,

Eu tinha elaborado um roteiro de perguntas que eu tomava como base para iniciar a conversa, mas não necessariamente recorrendo sempre a elas. Gostava de deixar a conversa fluir, deixando os

entrevistados livres para demonstrar suas opiniões e suas ideias. O tema principal das entrevistas era sobre a história do “descobrimento” do Brasil, no entanto, também coletei informações sobre outros temas de sua história, como a luta pela terra, relações de parentesco, entre outros assuntos. Eram recorrentes, por exemplo, as memórias que eles herdaram de seus antepassados sobre o “Fogo de 51” os conflitos com o IBDF (e atualmente com o ICMBio) e as viagens a pé que as lideranças faziam até Brasília para lutar pela demarcação da terra, além dos conflitos atuais decorrente das lutas por seus direitos. Tinha interesse também na mitologia Pataxó, buscando saber se existia algum “mito” sobre o descobrimento do Brasil.

No que diz respeito aos turistas, conheci muitos que vinham visitar a aldeia e até participar das festas, e outros eu conhecia nas andanças por Caraíva e pela região. Grunewald (2001:20) também afirmou que entrevistar turistas, guias turísticos e trabalhadores das imediações das terras Pataxó foi parte fundamental de seu trabalho de campo na região, e busquei seguir essa compreensão, procurando entender como percebiam os Pataxó e a sua história.

Inicialmente não havia incluído em meus objetivos entrevistar os não indígenas, mas em campo percebi que era importante também incluir as suas informações. Felizmente, a maioria dos turistas que conheci e conversei em Caraíva demonstravam opiniões positivas sobre os indígenas, embora não se possa dizer que fossem unânimes, nem que fossem isentas de preconceitos e estereótipos.

Além do trabalho de campo, também trabalhei com a bibliografia historiográfica e das pesquisas antropológicas produzidas sobre os Pataxó, as quais me utilizei no desenvolvimento deste TCC como fonte para buscar compor diferentes “situações históricas” em que os Pataxó se viram envolvidos desde o início da colonização até os dias atuais (Cap. II). Além destes documentos bibliográficos também utilizei os relatos coletados em campo através de conversas e entrevistas, assim como narrativas coletadas por outros pesquisadores.

2.4 ESTRUTURA DO TCC

Este TCC está composto de três capítulos. No presente capítulo, Capítulo I, busquei introduzir ao tema desta monografia, fornecendo algumas informações sobre quem são os Pataxó, mostrando sua problemática, quais são os referências teóricas utilizados, e qual foi a metodologia que utilizei para alcançar os objetivos propostos.

No segundo capítulo, intitulado: “Os Pataxó em suas situações históricas”, buscarei apresentar algumas situações históricas em que os Pataxós estiveram envolvidos com a finalidade de traçar uma compreensão histórica mínima dos processos vividos pelo Pataxó, para que se possa compreender as narrativas que apresentam atualmente. O objetivo deste Capítulo é trazer um panorama geral e dimensão dos processos históricos pelos quais os Pataxó têm passado desde que a colonização se iniciou, e que lhes permitiram resistir e continuar marcando sua existência e a ocupação de seu território

No terceiro capítulo, intitulado “Os Pataxó e o “descobrimento” do Brasil”, buscarei apresentar as narrativas dos indígenas Pataxó coletadas em campo a respeito do “descobrimento” do Brasil, aonde eles buscam demonstrar qual a sua “tese” sobre esse episódio de nossa história. Nesse capítulo, também buscarei demonstrar como é que os indígenas Pataxó, através de suas narrativas sobre o “descobrimento” do Brasil, estão trabalhando para construir um novo regime de memória sobre os indígenas e sobre seu próprio povo.

E, finalmente, uma última parte com as considerações finais, buscando sistematizar os principais resultados da pesquisa.

3. OS PATAXÓS EM SUAS SITUAÇÕES HISTÓRICAS

3.1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste Capítulo é trazer um panorama geral e dimensão dos processos históricos pelos quais os Pataxó têm passado desde que a colonização se iniciou, e que lhes permitiram resistir e continuar marcando sua existência e a ocupação de seu território, ainda que a contrapelo da história oficial que insistia e descrevê-los como desaparecidos, como extintos. Além disso, tem também como objetivo central fornecer um panorama histórico para que se compreenda como os Pataxó na atualidade reconstroem as suas versões do “descobrimento do Brasil”, foco central de análise desse TCC, e que será desenvolvido com mais detalhes no próximo capítulo. Para desenvolver este capítulo utilizo como referencial teórico a noção de “situação histórica” (Pacheco de Oliveira, 1988), conforme apontado no capítulo I. Meu objetivo ao utilizar este conceito, conforme já dito, é possibilitar ao leitor uma melhor compreensão dos processos históricos em que os Pataxós estiveram envolvidos, o que facilitará compreender as narrativas atuais que esses indígenas apresentam.

Um ponto importante da noção de situação histórica, conforme já apontado, é que ela permite levar em consideração as interpretações dos diversos atores sociais envolvidos no processo histórico, não somente de quem produziu os registros historiográficos. Instrumentalizado pela noção de situação histórica, fui dando atenção às diversas referências históricas que os Pataxós foram me passando durante meu trabalho de campo, que me permitiu destacar aqueles que eram mais recorrentes para eles, pois significava que tinha importância destacada para os Pataxó. Assim, apresento cinco situações históricas que serão utilizadas para facilitar o entendimento do leitor acerca das narrativas apresentadas atualmente pelos Pataxó. São elas: 1) A chegada da frota de Cabral e os primeiros século de colonização; 2) A guerra de conquista dos sertões e o aldeamento na aldeia Barra Velha; 3) a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal; e O Fogo de 51; 4) A demarcação da Terra Indígena Barra Velha; 5) Desenvolvimento do turismo na Costa do descobrimento” e a criação da Terra Indígena Coroa Vermelha.

No que diz respeito a primeira situação histórica encontrada, a “Chegada de Cabral e a presença indígena na região de Porto Seguro”, as narrativas dos indígenas Pataxó sobre esse processo estarão presentes somente no próximo capítulo (Capítulo III), por se tratar do tema central

do trabalho. Nesse item, utilizarei como fonte apenas algumas referências históricas e antropológicas. Nas outras situações históricas as fontes serão variadas, em alguns momentos alternando falas dos indígenas com referências históricas e de trabalhos antropológicos. A maioria das falas dos próprios indígenas sobre as situações históricas, entretanto, estão presentes no que diz respeito a história contemporânea (séc XX e XXI). Como já destacado, o objetivo deste Capítulo não é nos deter em detalhes mais aprofundados de cada situação histórica, mas trazer um panorama geral e dimensão dos processos históricos pelos quais os Pataxó têm passado desde que a colonização se iniciou, e que lhes permitiram resistir e continuar marcando sua existência e a ocupação de seu território, ainda que a contrapelo da história oficial que insistia e descrevê-los como desaparecidos, como extintos. Assim, tem como objetivo fornecer um panorama histórico para que se compreenda alguns sentidos de como os Pataxó na atualidade reconstroem as suas versões do “descobrimento do Brasil”, foco central de análise desse TCC.

3.2 A CHEGADA DA FROTA DE CABRAL E A PRESENÇA INDÍGENA NAREGIÃO DE PORTO SEGURO

Ivan Alves Filho (1999), historiador brasileiro, em seu livro intitulado “Brasil- 500 anos em Documentos”, afirma que a exploração geográfica da terra brasileira, no início do século XVI, inscreve-se no processo de expansão comercial europeu comandada por Portugal e Espanha que, procurando evitar futuros conflitos, assinaram o Tratado de Tordesilhas, em 1489. Explica-nos o autor que Portugal demonstrou habilidade diplomática ao garantir “para si a posse das Índias, o controle do tráfico negreiro com a África e, sobretudo, o controle do Brasil ainda por descobrir oficialmente- mas de cuja existência já tinha certeza” (ALVES FILHO, 1999, p 15).

A viagem de Pedro Álvarez Cabral, em 1500, realizada com uma frota composta por 13 navios e 1500 homens , foi financiada pela burguesia comercial lusa e buscava assegurar a posse do Brasil para a Coroa Portuguesa. Diz o historiador que a esquadra de Cabral avistou a Costa Brasileira em 22 de abril de 1500, ancorando na Baía de Cabrália apenas dois dias depois, no dia 24 de abril. Porém, somente no dia primeiro de maio, “eles tomavam posse da nova terra, em nome do Rei de Portugal” (ALVES FILHO, 1999, p. 15).

O antropólogo José Augusto Sampaio (2000), utilizando como referência os relatos de Pero Vaz de Caminha, afirma que o povo encontrado por Cabral no litoral do extremo sul da Bahia, era do ramo Tupi. O autor destaca que

A aguçada descrição etnográfica aí contida não deixa dúvidas quanto a serem Tupis esses índios, ou mais precisamente Tupiniquins, como se tornariam conhecidos em toda a documentação colonial subsequente para a região, especialmente aquela produzida por missionários jesuítas que entre eles se estabeleceram já nas décadas iniciais do período colonial (por exemplo, Nóbrega, 1549-70). (SAMPAIO, 2000, p. 32).

Ao observarmos o texto de Sampaio, nos deparamos com a afirmação de que os primeiros indígenas que receberam Cabral eram da etnia Tupiniquim, e não Pataxó. Apesar disso, os Tupiniquins “não estendiam seus domínios muito para o interior”, território de outras etnias:

Por outro lado, se esses Tupis, até então senhores de todo o litoral dos atuais municípios de Belmonte, Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia e de muitas outras porções da costa, tornaram-se de pronto não só bem conhecidos como subjugados ao colonizador, ficaria também logo patente que não estendiam seus domínios muito para o interior, território de outras etnias que à época os portugueses identificavam apenas pela designação tupi genérica de Aymorés e sobre os quais o poder colonial levaria ainda mais de um par de séculos para estabelecer seu domínio. (SAMPAIO, 2000, p. 32).

Como percebemos na citação acima, nos primeiros séculos de colonização pouco se tinha conhecimento sobre os povos indígenas que habitavam o interior da região de Porto Seguro. Os portugueses, quando começaram a povoar o Brasil, fixaram-se somente no litoral, levando pelo menos dois séculos para começarem a povoar o interior. Só se passou a conhecer melhor os costumes dos povos indígenas do interior de Porto Seguro a partir da guerra de conquista dos sertões, empreendida pelo governo real, no século XIX, e dos registros de viajantes e pesquisadores que passaram pela região na mesma época.

Antes disso, os registros dos colonizadores identificavam estes indígenas apenas pela designação genérica de “Aymorés”, desconhecendo sua diversidade étnica e cultural. Estes indígenas interioranos tinham pouco contato com os colonizadores, ao contrário dos Tupiniquins que desde o início da colonização tiveram de um modo intenso.

3.2.1 A subjugação dos tupiniquins

No primeiro século de colonização, de acordo com Sampaio (2000), grande parte dos indígenas Tupiniquins da região de Porto Seguro foram dizimados, restando muito menos do que fora encontrado quando a frota de Pedro Álvares Cabral chegou, embora não tenhamos seus números aproximados. O auto (2000, p. 33) afirma que os Tupiniquins, ao contrário dos indígenas interioranos, eram mais sedentários, ou seja, tendiam a se concentrar em aldeias grandes e estáveis, enquanto os indígenas interioranos, acreditava-se que viviam de maneira nômade e em pequenos grupos, possuindo maior mobilidade. Essa disposição dos Tupiniquins em serem sedentários teria permitido que eles se tornassem “presas fáceis da conquista lusitana, iniciada por métodos “pacíficos” e completada militarmente” (p. 33), de modo que quase já não havia tupiniquins “livres “no final do século XVI. Conforme aponta: “As grandes concentrações indígenas, intensificadas pelo trabalho catequético dos jesuítas, foram amplamente dizimadas pelas epidemias europeias, rapidamente alastradas, de modo tal que, ao se encerrar o século XVI, praticamente já não havia tupiniquins livres na atual costa baiana” (SAMPAIO, 2000, p. 33).

Os indígenas Tupiniquins sobreviventes já não eram “livres”, ou seja, viviam nas aldeias Jesuíticas, que eram povoamentos aonde os religiosos buscavam submeter os indígenas à religião católica. Na região de Porto Seguro, de acordo com Sampaio (2000), sobreviveram ao longo do tempo apenas duas aldeias, que depois foram transformadas em vilas:

Com efeito, das próprias aldeias missionárias que, nas cercanias de Porto Seguro, chegaram a mais de uma dezena em meados daquele século, apenas duas sobreviveram, bastante depopuladas (Leite, 1945): as de São João Batista e Patatiba, respectivamente a cerca de quatro ou cinco léguas a sul e a oeste da sede da capitania, tornando-se

vilas com a expulsão dos jesuítas no século XVIII, quando adotaram as denominações de Trancoso e Vila Verde, sobrevivendo aí uma precária sustentação da condição indígena de parcela dos seus habitantes, o que, pelo menos no caso do atual Vale Verde, perdura até o presente. (MASCARENHAS, 1998 apud SAMPAIO, 2000).

As aldeias jesuíticas, que restaram, portanto, passaram a se tornar Vilas a partir do século XVIII, depois que os jesuítas foram expulsos do país e passou a vigorar um conjunto de leis no que diz respeito ao trato com os indígenas que ficaram conhecidas como Diretório dos índios, instituído por Marques de Pombal.

O Diretório Pombalino foi um conjunto de normas representando a síntese de uma série de leis baixadas ou reafirmadas no governo do rei dom José de Portugal (1750-1777). Seu nome provém do seu plenipotenciário, Sebastião José de Carvalho e Melo (Conde Oeiras e Marquês de Pombal). O contexto de edição do Diretório foi marcado pelo processo conflituoso de expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses, oficializada em 3 de setembro de 1759. (REGO, 2013, p. 120).

As antigas aldeias Tupiniquins de Porto Seguro, com o diretório Pombalino, passaram a se tornar vilas, e foram denominadas Vila de Trancoso, e Vila Verde:

Na comarca de Porto Seguro, assinalam-se as seguintes vilas criadas no período em questão: Trancoso (surgida a partir da aldeia de São João) e Vila Verde (fundada pela elevação da aldeia do espírito Santo), ambas entre os anos de 1758 e 1759. A partir de 1763, como parte da política pombalina de aprofundamento dos expedientes de “civilização”, foi criada a ouvidoria de Porto Seguro, tendo como um dos principais objetivos a conversão dos indígenas daquela região em súditos do Império Português (CANCELA, 2007; apud REGO, 2013, p. 129-130).

É interessante apontar, conforme demonstrado no primeiro capítulo, que nessa época vigorava o segundo regime de memória no que diz respeito a presença indígena, conforme apontado por Pacheco de Oliveira (2016). Esse regime teve início aproximadamente em meados do século XVI, e se manteve quase até meados do século XIX. Conforme apontado, temos que nesse regime de memória passou a se operar uma rigorosa distinção entre o índio colonial, e o índio bravo:

O segundo regime de memória procede a uma rigorosa separação entre o índio colonial e o índio bravo, apontando nitidamente os cenários e contextos sociais em que cada um deles pode ser encontrado. O primeiro aparece nas fazendas ou nas aldeias missionárias, em vias de se tornar respectivamente indistinto de trabalhadores e cristãos. O segundo é representado nas incursões militares ou conduzido como cativo (para o uso, dito temporário, na escravidão indígena). (OLIVEIRA, 2016, p. 27).

Os Tupiniquins das vilas de Porto Seguro, subjugados pelo sistema colonial, eram descritos como “índios coloniais”, já que acreditava-se que estavam em vias de se “civilizar”. Os indígenas que habitavam os “sertões”, chamados “Aymorés”, ainda não haviam sido subjugados pelo domínio Português, e eram descritos enquanto “índios bravos”, “tapuias” etc. Segundo Augusto Sampaio (2000, p. 34):

Por outro lado, uma vez subjugados – ou mais propriamente exterminados – os Tupiniquins, as incipientes povoações costeiras dos colonos se tornariam, por sua vez, alvos quase indefesos para os imprevisíveis ataques dos bandos indígenas interioranos. Verdadeiros precursores da técnica das guerrilhas, os então chamados Aymorés eram capazes de surgir repentinamente naquelas povoações, pilhando e devastando suas moradias e plantações, desaparecendo com a mesma rapidez nas matas interiores, onde sua mobilidade e dispersão, além de prevenir uma propagação rápida das epidemias mortíferas, desencorajavam plenamente as tentativas de reação dos colonos. Tal estado de coisas dominou a cena das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro durante os séculos XVII e XVIII, período em que as

acanhadas povoações costeiras pouco mais que vegetaram, situação que ainda perdurava no início do século XIX (veja-se, por exemplo, Aires do Casal, 1817) e que, certamente, explica a extinção dessas capitânias. (SAMPAIO, 2000, p. 34)

Conforme apontado, as povoações costeiras da região tiveram seu avanço às terras centrais praticamente estagnado por quase dois séculos, já que os ataques dos indígenas Aymorés eram um impedimento. Sampaio (2000) destaca que a situação se altera no Século XIX, quando a necessidade de abertura de rotas terrestres que ligassem a Capital à região mineradora e o isolado nordeste, fez com que o Governo real determinasse o “estabelecimento de Fortificações, – “quartéis” – nos cursos médios de todos os rios principais entre o Doce e o Pardo – origem de cidades como Linhares e Salto da Divisa - a partir dos quais se dirigem, desde então, ataques sistemáticos aos povos indígenas da região.” (p. 34). Ou seja, buscando garantir o livre trânsito entre o isolado litoral nordestino e a região das Minas, o governo colonial intensifica uma Guerra de conquista dos sertões da região do Nordeste.

Conforme demonstrarei mais adiante, os Pataxós, nessa época, se enquadravam no grupo dos indígenas Aymorés, ou seja, habitavam os sertões da região de Porto Seguro, em oposição aos índios Tupiniquins que habitavam as vilas colônias da região. Isso mudou mais para a frente, conforme buscarei demonstrar.

3.2.2 Os índios dos sertões e o aldeamento na aldeia Barra Velha

No início do século XIX, a região do extremo sul da Bahia começou a ser frequentada por prepostos governamentais, como o desembargador Luiz Tomas de Navarro (1808) e por pesquisadores estrangeiros, como o príncipe e naturalista alemão Maximilian de Wied-Neuwied (1817), que fizeram registros que ajudaram a conhecer um pouco quem eram e como viviam os indígenas da região. A partir da visita desses pesquisadores e de seus registros também se passou a conhecer um pouco melhor como era a distribuição territorial desses indígenas e, portanto, foi a partir dessa época que se começou a conhecer melhor sobre o povo Pataxó que vivia na região junto com outras etnias, como os Botocudos, Kamakãs, Maxacalis etc. que, até então, conforme dito, eram considerados apenas pela designação genérica de “Aymorés”. Para Sampaio (2000, p. 34),

É seguro que, nas vizinhanças do litoral, os Botocudos – localmente auto-designados Gren – limitavam-se e mantinham disputas, ao sul, à altura do rio de Santa Cruz – João de Tiba – com os Pataxós, e concentravam-se principalmente ao longo do Jequitinhonha. Limitavam-se, ao norte, na altura do rio Pardo, com outros bandos pataxós e, mais para o interior, com kamakãs. Esses últimos mantinham, já desde o século anterior, uma povoação na foz do Jequitinhonha, junto a vila de Belmonte, onde eram conhecidos por Meniã[...] A faixa correspondente ao atual extremo sul baiano era, pois, dominada pelos Pataxós, como ficou dito, e também por grupos Maxakalí que as fontes da época referem lhes ser assemelhados, inclusive linguisticamente, embora não forneçam bons registros disso. (SAMPAIO, 2000 .. 34)

Nessa época, ainda vigorava o segundo regime de memória no que diz respeito à presença indígena na historiografia, sendo que os Pataxó, conforme já dito, eram descritos como pertencentes ao grupo de índios “bravos”, também chamados de Aymorés, ou “tapuias”. Estes índios “bravos”, ou “Tapuias”, eram constantemente descritos e representados como selvagens, ferozes e canibais. Pacheco de Oliveira (2016) aponta que ao descrever os indígenas desta maneira, os colonizadores “justificavam” as ações repressivas que empreendiam contra eles, como as chamadas “guerras justas”, descimentos e etc.:

A violência que acompanhava os atos de “conversão” (os “descimentos”, as “tropas de resgate”, as “guerras justas”) só pode ser minimizada e esquecida porque segue – narrativamente – os relatos sobre a antropofagia, os prisioneiros destinados à morte, os ataques e mortes de colonos e a descrição do martírio dos missionários. Para ser esquecido, o genocídio tem que figurar com uma simples e merecida reação a atos de uma maldade desmedida e inexplicável, que legitimam a hipótese de uma natureza má daquela populações autóctones, que assim precisariam ser vencidas e subjugadas, para depois poderem ser domesticadas e transformadas. (OLIVEIRA, 2016, p. 19).

Motta Cardoso (2016) informa de que maneira o príncipe e naturalista alemão Maximilian de Wied-Neuwied, que esteve em viagem por toda a costa Brasileira em 1815, também passando pela Bahia, representou os Pataxó em sua obra:

Para Wied-Neuwied, os Pataxó se situavam nesse último grupo, dos Tapuia, junto aos seus “aliados” (Maxakali, Cumanacho, Capucho e Panhami) e aos seus inimigos (os Botocudos) [...] Maximilian não viveu com os Pataxó, mas os descreveu como um tipo selvagem que viviam em hordas perambulando pelas florestas atrás de sua sobrevivência na caça e na coleta e guerreando com seus inimigos. Eles, segundo Wied-Neuwied, não faziam lugares como os índios “amansados” e sedentarizados que habitavam aldeias e vilas costeiras, mas habitavam as matas onde erguiam habitações temporárias com frutos da floresta que eram desfeitas rapidamente em favor das perambulações. Eram índios nômades, em oposição aos mansos, sedentarizados, construtores de lugares. Na obra **Viagem ao Brasil**, os lugares, mundo dos civilizados e dos mansos, contrastam com as florestas, o mundo natural. Lugares eram as vilas, lócus de um modo de vida humano e sedentário no qual os Pataxó, selváticos, não faziam parte. (CARDOSO, 2016, p. 49).

Os Pataxós e seus aliados, portanto, até a metade do século XIX, eram descritos pelos pesquisadores e pelas fontes oficiais como índios nômades, selvagens, e rebeldes, o que começou a mudar a partir do seu aldeamento, em 1861.

De acordo com Sampaio (2000, p. 35), em meados do Século XIX a maioria da população indígena do extremo sul baiano que não havia sido exterminada, habitava a região próxima as vilas coloniais litorâneas: “de Santa Cruz Cabralia a Porto Alegre, atual Mucuri, para onde fora trazida na tentativa de ser submetida ao trabalho a serviço dos regionais”. Destaca o autor que, em 1861, o presidente da Província da Bahia, preocupado com os conflitos envolvendo indígenas e colonos, criou a aldeia Bom Jardim, que mais tarde passou a se chamar Aldeia Barra Velha (nome que permanece até hoje) conduzindo para aí, de maneira compulsória, os diversos grupos indígenas que por ali viviam. Nas palavras do autor

Parece legítimo deduzir que a Aldeia Barra Velha abrigou, em sua origem, não apenas índios Pataxós, mas também Maxakalís há poucos anos trazidos do interior da região e, possivelmente, botocudos das vizinhanças, subjugados na mesma época, “descendentes dos tupiniquins de Trancoso e Vila Verde e Kamakãs – Meniã – de Belmonte. Sobre essa muito provável diversidade original, o etnonimo Pataxó prevaleceu provavelmente por ter sido destes o maior contingente, além de estar a aldeia situada em território tradicionalmente reconhecido como Pataxó. (SAMPAIO, 2000, p. 35).

Em diversas situações em que conversávamos, os Pataxó, diziam que eles eram uma junção de diversas etnias indígenas misturadas, que foram aldeadas juntas na criação da aldeia Bom Jardim (Barra Velha). Francis Pataxó, estudante do curso da Licenciatura Indígena do Instituto Federal da Bahia, disse-me que acredita que a aldeia Barra Velha seja uma das aldeias mais antigas do Brasil, já que, de acordo com ele, foi criada ainda antes de serem criados os órgãos indigenistas oficiais, como o SPI e a FUNAI.

A aldeia Barra Velha, quando da sua criação, em 1861, chamava-se “Bom Jardim”, de acordo com Grunewald (2001, p. 89): “Segundo os índios, Barra Velha também era chamada Bom Jardim, nome dado pelos padres por causa dos perfumados jasmims ao lado da lagoa [...] O nome Barra Velha se deveria a mudança da barra para Corumbau”.

Ela passou a se chamar Barra Velha devido ao deslocamento da “barra” (parte onde o rio desemboca no mar) do Rio Corumbau, que foi se movendo mais para o sul, até a sua atual localização. Até hoje os Pataxós sabem indicar aonde era a antiga “barra” do rio, ou a “barra Velha”, que se localiza dentro do território da aldeia.

É importante apontar que em 1861 os Pataxós foram aldeados compulsoriamente junto com outras etnias no território onde se encontra a atual aldeia Barra Velha. Quando os questionava se eram os Pataxó que estavam aqui na época da chegada de Cabral, muitos diziam que eram os Tupiniquim, mas que eles, os Pataxó, também são descendentes dos Tupiniquim, já que são a mistura de diversas etnias.

Sampaio (2000) afirma que há uma escassez de documentos sobre a Aldeia nas décadas posteriores, para projeções mais precisas, mas acredita-se que os índios da aldeia Barra Velha, por alguma razão, saíram das preocupações dos governantes. No Relatório final dos

“Estudos sobre a Bahia Cabrália e Vera Cruz feitos por Ordem do Governador do Estado Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Cons. Luiz Vianna pelo Major do Exército Salvador Pires de Carvalho e Aragão”, de Salvador Pires de Carvalho e Aragão (1898), que tinham como objetivo coletar os acontecimentos referentes a chegada dos portugueses no Brasil, Aragão afirma que “não existiam vestígios materiais dos índios encontrados por Cabral nem mesmo descendentes diretos que tenham deles conservado a pureza da raça primitiva” (ARAGÃO 1898 apud GRUNEWALD, 2000, p. 130).

Carvalho (2011) sugere que esse apagamento da presença dos indígenas na região de Porto Seguro foi intencional, e se deve ao interesse que os governantes tinham no território desses indígenas. Ela não se refere especificamente aos Pataxós, mas faz algumas indagações sobre o que teria acontecido com os indígenas da Vila de Trancoso, próxima a Aldeia Barra Velha, que até 1870 apareciam nos registros coloniais como empregados na extração de madeira, sugerindo que foram “transferidos” para outra localidade:

Cessam, a partir do final da década de 1870, registros sobre a população indígena em Trancoso na documentação compulsada pelo Fundocin, o que não quer dizer que não possa havê-los em arquivos ainda não consultados. De todo modo, o silêncio a partir dessa data encontrado no acervo reunido é significativo, impondo-se a busca de saber o destino de milhares de índios empregados só e unicamente no corte de madeiras. Resposta provavelmente parcial a essa indagação obtivemos por meio do intercruzamento de informações oriundas do diretor geral de índios Casemiro de Sena Madureira, em seu relatório de 1856, e dos registros do etnólogo e funcionário do Serviço de Proteção aos Índios Curt Nimuendajú, decorrentes de viagem realizada à região em 1938., que indicam múltiplas ou sequenciadas expulsões de grupos indígenas. [...] O Primeiro comunicava o estabelecimento de uma nova aldeia, Santa Rosa, na estrada de Nazaré a Valença, no termo de Jequiriça, abaixo da passagem de Rio de Contas e um pouco a norte do atual município de Jequié, formada por um contingente de cem índios. [...] Nessa mesma aldeia ter-se-iam estabelecido, em época que ainda não logramos precisar, os índios

originários de Trancoso. (CARVALHO, 2011, p. 382).

Carvalho (2011) também aponta que há alguns anos já vinha acontecendo uma tentativa sistemática de eliminar os registros da presença indígena na região, muitas vezes afirmando que esses indígenas já eram civilizados, portanto, na concepção de quem elaborava o registro, já não eram mais índios:

No que diz respeito a Vila do Prado, o novo presidente, em resposta a ofício do presidente da província, afirmou laconicamente em 1859 que no município não havia aldeamento algum, tampouco notícia de “tribos selvagens”. Disse que a maior parte das anteriormente existentes perecera de varíola; outras, vítimas de epidemia, se retiraram para o centro; o resto, em pequeno número, dividira-se, “trabalhando aos fazendeiros dessa vila”. A informação é falsa e foi desmentida, um ano depois, pelo diretor geral interino, Joze Jacome Doria, que fez constar, no mapa das aldeias existentes, “Trancoso, Santa Rosa e Prado”, com respectivamente 500, 100 e 110 habitantes. Onze anos depois, em 1871, as três aldeias voltaram a constar da relação, ao lado das outras, com a observação, todavia, de que “muitas já não habitadas por caboclos, e outras apenas conservam o nome, tal é o estado de abatimento a que se acham reduzidas. (CARVALHO, 2011, p. 384).

A partir de 1880, de acordo com Carvalho (2011), até onde se sabe, cessaram os registros da presença indígena nessa região, e quando eram descritos nos registros coloniais, dizia-se que não eram mais índios, por já estarem “aculturados”, sendo que só voltaram a aparecer muitos anos depois, já no século XX:

Nos anos 1880, o museu nacional preparou uma grande exposição etnográfica, para a qual foi recolhido, em toda a província, material etnológico indígena. A pequena vila do prado também foi convidada a participar – Sua Câmara, ao responder à circular da presidência da província de 11 de maio de 1882, pediu desculpas

por não poder colaborar, uma vez que “os indígenas conhecidos há muitos anos nesta Vila estão de todo domésticos e só usam dos objetos por nós usados, [...] espingardas, remos, machados, linhas e anzóis”. (CARVALHO, 2011).

Carvalho (2011) não demonstra ter encontrado registro dos Pataxó da aldeia Barra Velha durante esse período (final do séc. XIX). Parcas notícias sobre os Pataxó de Barra Velha, só voltam a aparecer em 1939, portanto, mais de 50 anos depois, através do registro do Almirante Gago Coutinho, que sobrevoou a região quando buscava “redescobrir” o primeiro pedaço de terra avistado por Cabral, no que passou pela aldeia Barra Velha e disse:

Deixamos a aldeia de Barra Velha às primeiras horas da madrugada. É desolador o aspecto de miséria do povoado onde passamos a primeira noite...Temos visto caboclos inteiramente abandonados. Caboclos doentes e analfabetos. Na aldeia Barra Velha, encontramos uma pequena população descendente dos Tupiniquins. Todo mundo é doente. Uns atacados pelo impaludismo, outros pela verminose. (COUTINHO, 1939 apud CASTRO, 1940, p. 67).

Interessante apontar, portanto, que após o aldeamento em 1861, existem poucos registro historiográficos sobre os Pataxó da aldeia Barra Velha durante esse período, sendo que só aparecem novamente nos registros oficiais em 1951, quando tornam-se foco de disputa e ocorre um evento que marcou profundamente suas vidas, chamado “Fogo de 51”.

3.3 O FOGO DE 51 E A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL

3.3.1 O Fogo de 51

O episódio teve início alguns anos antes, quando foram tomados os primeiros procedimentos para a criação do Parque Nacional do Monte

Pascoal (PARNA Monte Pascoal). O Parque foi criado através do Decreto-Lei n 12.729, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 19 de abril de 1943. O Decreto explicitava seus objetivos como: “rememorar o fato histórico do descobrimento do Brasil, preservar a flora e fauna típicas da região, segundo normas científicas, conservar as belezas naturais e promover a organização de serviços e atrativos que possam desenvolver o turismo” (BAHIA, 1943 apud CARVALHO, 2009, p. 508).

Acontece que ao planejarem a criação desse Parque, deixaram de fora a população indígena que ali vivia, sendo que na verdade eles foram considerados como apenas simples “posseiros”, e que, portanto, deveriam ser indenizados por suas benfeitorias e retirados do local.

Não há, ao longo dos trâmites, qualquer referência à presença, na área delimitada, de Índios Pataxó, que a esquadilha do descobrimento, liderada pelo almirante Gago Coutinho, havia registrado e divulgado, em 1940, portanto em época muito recente a criação do PNMP (Castro, 1940). A inexistência de referência não decorreria, portanto, de desconhecimento ou de qualquer dificuldade de localização, mas de um deliberado não reconhecimento, que eu suponho relacionado ao projeto de constituição da identidade nacional do Estado Novo, cuja valorização incidia sobre o nacional, em detrimento das expressões étnicas, de autóctones, ou de imigrantes. (CARVALHO, 2009, p. 508).

A autora aponta, portanto, que o não reconhecimento da “indianidade” dos Pataxó no projeto de criação desse Parque, foi intencional, e decorrente da política racial do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Após a publicação do Decreto que “criava” o Parque, em 1943, foi enviado à região um engenheiro chamado Aureliano Costa Barros, que ficou conhecido com Doutor Barros, que foi no local com a finalidade de medir o território do futuro Parque. De acordo com Motta Cardoso (2016, p. 170), os Pataxó afirmam que o Dr. Barros os “enganou”, afirmando-lhes se tratar da demarcação de uma terra para eles:

A medição tornou-se um aparato conceitual por onde os Pataxó passaram a “navegar” após a participação dos índios na prática de medir, contratados por um tal Doutor Barros, engenheiro que afirmou que eles estavam ali para medir e dar a terra para os habitantes que viviam na região do monte pascoal. A medição realizada, segundo Manuel Santana, em 1944, no “tempo da guerra” (segunda guerra mundial) foi ordem vinda de Getúlio Vargas, mas na execução técnica o denominado engenheiro mediu a parcela de terra com a ajuda dos Pataxó, prometendo que a terra seria deles. Ao fim da empreitada, os “caboclos” que participaram dos trabalhos foram avisados que a partir de então eles não poderiam mais viver dentro da parcela medida e nem retirar nada de seu interior: a terra iria virar Parque Nacional do Monte Pascoal. Promessa que ficou na memória, e “traição” que ainda “entala na garganta” de muitos. (CARDOSO, 2016, p. 170).

Segundo Sampaio (2000), essa situação com os procedimentos iniciais para o processo de criação do Parque, ou essa “traição” deve ter motivado a viagem dos líderes Pataxó a então capital do Brasil, Rio de Janeiro, e reclamar com o presidente do então SPI, Marechal Rondon. No retorno, teriam sido acompanhados por dois sujeitos, que teriam convencido os indígenas a saquearem um pequeno comércio, no município vizinho. Esta ação causou profunda repressão dos órgãos policiais, da qual os indígenas buscaram fugir, dando origem a uma séria de dispersão de famílias Pataxós por uma vasta região, desabitando a sua aldeia. Esse episódio é conhecido como o *Fogo de 51*. Nas palavras do autor,

A notícia da criação do parque é o provável motivo que levou líderes Pataxós a empreenderem uma inédita viagem ao Rio de Janeiro, na expectativa de obter do Marechal Rondon o direito a suas terras. Retornaram da capital sem êxito aparente junto ao então Serviço de Proteção ao Índio (SPI), mas acompanhados por dois indivíduos de identidade misteriosa – sobre os quais se conjecturou serem ligados ao Partido Comunista – que, a pretexto de demarcar os limites das suas terras, estimularam-nos a saquear

o pequeno comércio do vizinho povoado do Corumbau, o que desencadeou uma violenta reação policial a partir das cidades de Porto Seguro e Prado, dando origem a uma série de perseguições aos Pataxós e ao início da sua dispersão pela região. Os dois forasteiros foram mortos na primeira investida policial. (CARVALHO, 1977 apud SAMPAIO, 2000, p. 35).

O “Fogo de 51” ficou conhecido na literatura como um trágico episódio, e é amplamente abordado pelos autores que se dedicam ao estudo desse povo, assim como, o assunto é recorrente nas narrativas dos Pataxós que registrei em campo. Os Pataxó constantemente se referem ao episódio do Fogo de 1951 como “o massacre”, resultado da grande violência a que foram submetidos. Afirmam que morreram muitos índios, inclusive crianças, assim como aconteceram espancamentos, prisões e estupros cometidos pelos policiais. Apesar disso, também algumas narrativas sobre indígenas que no meio da fuga conseguiram se transformar em pássaros e enganar os policiais, ou que sabiam rezas que livraram-nos das correntes. Antônio Braz, também conhecido como “berimbau”, indígena instrutor de capoeira, e morador do bairro “pistola”, dentro da aldeia, é neto de um dos sobreviventes do Fogo de 51, e conhece algumas narrativas que foram transmitidas por seus antepassados. De acordo com ele:

Os policial veio do prado, e outros veio de Itamaraju, e eles pensaram que os índios tinha armas, e começaram a trocar tiros, uns com os outros, achando que estavam trocando bala com os índios. Ai ali onde Luiz Capitão morava, só via as bala clarear enquanto os índios tavam ganhando a macega (mata). Pegaram o Benedito Levino. Os caras chegaram nele e botaram a arma na cara dele: - Agora, dá conta dos índio tudinho, pra nós poder matar. Ele falou: - Pode matar, o que você tem na mão, vai servir de recordação pra você. Quando o cara apertou o gatilho do fuzil, o fuzil desmontou tudinho., e a bala saiu pro lado. Ai pegaram ele lá em montinho, um outro grupo de policial. E ele disse: - Me leva! Eu vou preso, mas não morto. Ai levaram ele! Não era igual essas que os caras tem

hoje (algemas), era corrente. Ai levaram ele acorrentado. Ele voltou pro povo dele pra mata de novo. Ai perguntaram pra ele, como é que você saiu? Ele disse – A reza de São Jorge que abriu as corrente.

Em entrevista com Arauê Pataxó, ele se referia ao episódio do Fogo de 51 como uma história triste de seu povo:

Rapaz, eu não gosto de falar nesse 51. Foi um massacre assim né. Cada um conta essa história de um jeito, na forma que ele sofreu. Quem era nascido nessa época era minha irmã que morreu, a Maria da ajuda. Tinha meses que mãe [tinha] ganhado ela, e mãe saiu pra uma grande floresta que tinha aqui, chamada coração, uma matona esquisita, pra defender a briga né. E ela ficou lá no mato um bocado de dia com essa menina, novinha. Só alimentava na graça de tupã mesmo, né. E a chuva caindo. O que salvou foi a chuva também né, se não fosse a chuva. O negócio era mais feio né. E os policial cercava por aqui tudo ó, aqui pelo anjo (“bairro” da aldeia) aqui ó, pra matar os índio né, judiar. É coisas triste né, que a gente não gosta nem de falar nisso. É coisa sofrida.

Conforme Antonio Arauê relata, este foi um episódio triste da história dos Pataxós. Após o violento episódio do Fogo de 51 os indígenas Pataxós se refugiaram por diversas regiões, tendo inclusive dado início às novas aldeias ou reocupando antigas partes do território.

“A dispersão resultante dos distúrbios igualmente ensejou, em decorrência do abandono provisório da Aldeia de Barra Velha, a reocupação de porções do território tradicional e a ocupação de novas, a exemplo de Corumbauzinho; de Mata Medonha, implantada em 1951 por uma família de refugiados de Barra Velha, à qual se acrescentariam outras, nos anos oitenta; de Águas Belas, consolidada, também na década de oitenta por migrantes de Barra Velha não-retornados; do mesmo modo que a velha Aldeia de Imbiriba, que

teve a sua população incrementada após 1951. (CARVALHO, 2009, p. 515).

Eduardo, conhecido entre os Pataxó como “Birau”, atuou por muitos anos como dentista na aldeia Barra Velha. Atualmente Birau é aposentado pela Secretária Especial de Saúde Indígena (SESAI) , e trabalhou muitos anos como dentista entre os povos indígenas do Parque Indígena do Xingú. Birau atualmente mora em Caraíva, bem próximo a aldeia Barra Velha, com sua família. Conheci ele por intermédio de Arauê. Birau me disse que um dos motivos que intensificou a “mistura” entre os Pataxó com a população regional foi a dispersão ocasionada pelo fogo de 51. Alguns anos após a dispersão ocasionada pelo fogo de 51, algumas famílias começaram a voltar para a aldeia. De acordo com Birau, uma das pessoas que começaram a andar pela região chamando os parentes para voltar para a aldeia foi a mãe do ex-cacique Zé Baraiá, chamada Josefa Ferreira (Dona Joséfa). Quando estas famílias voltaram, conforme aponta Birau, muitos indígenas voltaram casados com pessoas de fora (não indígenas), o que, de acordo com ele, ocasionou uma mestiçagem.

Apesar de muitos indígenas terem se dispersado após o Fogo de 51, algumas famílias decidiram voltar para a Aldeia Barra Velha, passando a reocupar o local. A retomada de sua aldeia original deu início a um conflito que agora seria com a administração do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP), que estava sendo administrado pelo então órgão ambientalista oficial, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

3.3.2 O Parque Nacional do Monte Pascoal

Eu passei numa situação, eu mais meia dúzia de pessoas, não foi fácil. A gente teve muito preconceito. No passado era difícil, e só tinha Barra Velha né, não tinha as outras aldeias. E pra luta parece foi só dez famílias. Se somar tudo dá 60 pessoas né, depois do massacre. E aí nessas 60 pessoas que foi a luta com o IBDF, na época né. Nós começamos a brigar com o governo mesmo, com o pessoal do governo. Eles não queriam que cortasse um cipó na mata, diziam que era deles. Era assim mesmo. A gente fazia as coisas mais de noite. (Arauê, Pataxó).

O Parque Nacional do Monte Pascoal (PARNA Monte Pascoal) foi criado através de Decreto em 1943, porém não foi implementado de fato logo em seguida, já que o Decreto “caducara sem que o governo federal tomasse as medidas efetivas para a sua implementação” (Carvalho, 2009: 517). Mais tarde foi formada uma comissão para recriar o parque, que foi implementado de fato em 1961, através do decreto N° 242, de 29 de novembro de 1961, com a área de 22.500 hectares.

Os Pataxó, quando da recriação do parque, em 1961, tiveram sua presença pouco considerada pelos administradores do PNMP, que os deixaram ocupar uma pequena área do território sem, entretanto, sem deixá-los exercer nenhuma atividade produtiva em seu território tradicional, como caçar e plantar, e utilizando-se de violência contra os indígenas:

A administração do PNMP resistia, mediante o exercício da violência, física e simbólica, ao estabelecimento de roças, em face do que muitos conflitos ocorreram. As pequenas roças eram complementadas com a pesca nos arrecifes, a coleta no mangue e a extração de piaçava as escondidas, nas primeiras horas do dia, para ser transportada, na primeira parte da noite, para Caraíva, onde era comercializada. (CARVALHO, 2009, p. 515)

Dona Jabuticaba, pajé da aldeia Pará, em Barra Velha, relatava-me que os guardas tratavam os indígenas com hostilidade:

A gente tinha roça antes do IBAMA⁶ entrar. Se eles encontrassem um índio com uma carga de mandioca na mão eles derrubavam no chão. E pra apanhar as coisas nós tinha que ir de noite, sendo nós mesmo que tínhamos plantado. E

⁶ Dona Jabuticaba se refere ao órgão responsável como “IBAMA” (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), que foi criado em 1989, pelo Presidente Sarney. No entanto, o órgão que administrava o Parque em sua criação se chamava IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). Dona Jabuticaba usa “IBAMA” como uma forma genérica de se referir ao órgão ambientalista encarregado da administração do Parque mesmo naquela época, vide que a postura do IBAMA não diferiu do IBDF em relação aos indígenas.

prenderam índio, e falavam de atirar em índio, falavam de pegar índio e amarrar no cabo do burro e sair puxando. A gente fazia as coisas mais era tudo escondido. Tirava piaçava escondido e vendia escondido. Chegava a casa tudo a noite pra eles não vê. Você sabe aonde eles ficavam, esse pessoal do IBAMA? Ali no Pistola⁷. Fizeram uma casa grande, desmancharam uma casa que um tio meu tinha aqui na onça. Fizeram uma casona de assoalho. Era os guarda. Eles pegava o burro e iam andando com esse burro pela macega ai ó. Aonde eles encontrassem índio eles iam pegando e prendendo. Era assim que eles faziam. Mas a gente pegava muito peixe. Meu pai era mestre de rede. O que guentava mais era a farinha mesmo. Nós tirava carangueijo, ai ia lá no Corumbau vender e trocava por farinha. Era assim.

Os conflitos que tiveram com os guardas do IBDF, acerca de seu território são constantemente relatados pelos Pataxó em suas narrativas, principalmente pelos mais velhos. Essa proibição de usufruir do território foi mais intensa entre as décadas de 1960 e 70, sendo que após esse período a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que foi criada em 1967, substituindo o extinto SPI, passou a dar assistência a esses indígenas. Com a sua atuação, a FUNAI conseguiu estabelecer um acordo com o IBDF que permitia aos Pataxó um plantio facultativo de suas roças. Porém, estes acordos não resolviam a questão de legitimidade de domínio sobre as terras, que legalmente os indígenas têm direitos ao uso exclusivo. Isso iria ensejar uma série de conflitos no que diz respeito à luta pelo território, que se desenrolaram nos anos seguintes, e que permanecem até os dias de hoje.

3.4 A LUTA PELA DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO E A RETOMADA DO MONTE PASCOAL

3.4.1 A luta pela demarcação do território

⁷ “Bairro” da aldeia Barra Velha.

A Terra Indígena Barra Velha (TI Barra Velha) começou a ter seus procedimentos para demarcação pela FUNAI em 1980, embora a área já havia sido reconhecida como terra indígena por governos anteriores. Em 1981 a TI Barra Velha teve sua Portaria de identificação publicada, reconhecendo-a como Terra Indígena, e dez anos depois foi homologada pela Presidência da República, em 1991 (Sampaio 2000, p. 40). Apesar de ter sido demarcada e homologada, existem problemas ainda não resolvidos sobre o processo de demarcação desta Terra Indígena que são importantes de se conhecer.

Os estudos para definir e regularizar a terra dos indígenas Pataxó se iniciaram em 1977, a partir de um convênio firmado entre a FUNAI e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), no qual teve os antropólogos Pedro Agostinho e Maria Rosário e Carvalho, do Departamento de Antropologia da UFBA, como os encarregados de fazer o estudo para identificar os limites da Terra Indígena a ser designada para os Pataxó. Como já citado, estes pesquisadores já se dedicavam aos estudos antropológicos entre os Pataxó desde o início da década de 1970. Entretanto, os estudos desses pesquisadores não foram considerados na demarcação dos limites de seu território, pela direção da FUNAI. Segundo Sampaio (2000, p. 39), o que prevaleceu foi um “acordo” entre o IBDF e a FUNAI:

Apenas a partir de 1977, quando já vigia um convênio entre a Funai e a Universidade Federal da Bahia para estudo e assessoria aos povos indígenas no Estado, foi tomada a iniciativa, orientada por professores pesquisadores do Departamento de Antropologia daquela Universidade, já trabalhando entre os Pataxós, de se desenvolver estudos para definição e regularização do “território tradicionalmente ocupado” pelos Pataxós, na forma de lei. Resultados preliminares desses estudos estão contidos nos excelentes trabalhos de Agostinho (1980 e 1981) e no já citado de Carvalho (1977). Esses, contudo, jamais seriam oficialmente assumidos, ou sequer tomados em conta, pela direção da Funai, o que resultaria, em 1981, na denúncia do convênio pela Universidade.

Sem levar em conta os estudos dos antropólogos, nem as demandas dos indígenas, a FUNAI estabeleceu um acordo com o

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão administrador do Parque, no qual estabelecia-se que este “cedia” uma parte dos limites do Parque Nacional para estabelecimento da Terra Indígena Barra Velha. Sampaio (2000) ressalta as consequências para os Pataxó que este acordo promovia. Segundo ele,

Inviabilizada a “via negociada”, pelo menos no que dizia respeito à participação dos interessados diretos, a direção da FUNAI optou por afastar índios e pesquisadores da questão, chegando, em 1980, a um acordo com o IBDF, pelo qual este “cedia” à administração da Funai apenas o correspondente ao que seria a metade norte do tradicional território indígena, junto ao rio Caraíva, estendendo-se para oeste apenas até as proximidades da base do Monte Pascoal, uma área com a já referida extensão total de 8.627 hectares. À altura da costa, o IBDF preservava, assim, o domínio dos ricos manguezais junto ao estuário do rio Corumbau, deixando livres à exploração indígena apenas os pobres brejos arenosos junto ao estuário do Caraíva. (SAMPAIO, 2000, p. 40).

Além de não levar em conta a participação dos antropólogos e dos próprios indígenas no processo, o acordo FUNAI/IBDF deixou aos Pataxó a parte ambientalmente “pobre” do território, excluindo a posse dos manguezais, “sua quase única fonte de proteína animal”, assim como deixava-os com a parte “arenosa” do território, inadequada para o plantio e cultivo de suas roças (SAMPAIO, 2000). Os indígenas nunca aceitaram o acordo estabelecido entre a direção da FUNAI e IBDF, mas mesmo assim a área “cedida” foi demarcada e reconhecida pela FUNAI como “área indígena”, através da Portaria 1393/E, de 1º de setembro de 1982. Após longo processo jurídico, a área foi por fim homologada pela Presidência da República em 1991, todavia, não levando em consideração as demandas dos indígenas, e em nenhum momento incluindo um laudo antropológico no processo, conforme determinava a legislação, “tendo-se orientado apenas pelo precário e legalmente insustentável “acordo” firmado entre FUNAI e o IBDF em 1980” (SAMPAIO, 2000, p. 40).

3.4.2 A retomada das terras da área do Monte Pascoal

Em 1997, seis anos após a homologação da TI Barra Velha ter sido efetivada sem a concordância dos Pataxó em relação aos seus limites, a FUNAI reconheceu oficialmente os erros cometidos no processo de regularização desta Terra Indígena. Assim, atendendo a demanda dos Pataxó, em 1999, a FUNAI deu início a um processo de revisão dos seus limites, que, todavia, não se resolveu até a atualidade. De acordo com Sampaio (2000, p. 41),

Em 1997, atendendo a questionamento do Ministério Público Federal através da procuradoria da República, a Funai reconheceu, por fim, em Informação Técnica de seu Departamento de Identificação e Delimitação de Terras (Santos:1977), as irregularidades administrativas e técnicas havidas no processo de definição e regularização da Terra Indígena Barra Velha, bem como a legitimidade do pleito dos Pataxós pelo direito ao seu tradicional território. Em seguida, a procuradoria da República em Ilhéus dirigiu, em junho de 1999, recomendação legal para que a Funai “promova (...), em regime de urgência, os estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Barra Velha, para fins de revisão dos seus atuais limites e da sua demarcação e regularização conforme disposto no Artigo 231⁸ da Constituição Federal (Leão Jr, 1999).

Reconhecidas as falhas no processo de regularização da Terra Indígena Barra Velha, presentes nas definições resultantes do acordo FUNAI/IBDF de 1980, e acatando a recomendação legal da Procuradoria da República de Ilhéus, a FUNAI constituiu um Grupo Técnico (GT), através da Portaria n° 685, de 18 de agosto de 1999, para realizar os estudos de revisão de seus limites . De acordo com Sampaio (2000, p. 45):

⁸ O art. 231 da constituição prevê: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens” (Art 231: Constituição Federal de 1988). Disponível em: www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_231_.asp.

Em 19 de agosto de 1999, dia seguinte ao da assinatura da citada portaria 685 da Funai, que possibilita a redefinição dos atuais limites da Terra Indígena Barra Velha, iniciando, formalmente, o processo administrativo para a regularização de todo o território tradicionalmente ocupado pelos Pataxós no Monte Pascoal, os índios, em centenas de pessoas, homens, mulheres, velhos e crianças de todas as suas dez aldeias e de três das aldeias dos Pataxós Hãhãhã no sul do estado, ocuparam a sede do Ibama no Parque Nacional, daí removendo, pacificamente, seus quatro escassos funcionários e assumindo o controle da área, que passaram a denominar “Terra Pataxó do Monte Pascoal”. (SAMPAIO, 2000, p. 45).

Os Pataxó, portanto, cientes das irregularidades cometidas durante o processo de regularização do território da Terra Indígena Barra Velha, estabeleceram muitas estratégias para assegurar a posse do territórios que demandavam, entre elas, promoveram a ocupação a sede do IBAMA, que se encontrava no interior dos limites do Monte Pascoal. Nela fundaram uma aldeia onde permanecem até hoje.

3.5 O TURISMO DA COSTA DO DESCOBRIMENTO E OS “ÍNDIOS TURÍSTICOS”

Lembro que quando estava no aeroporto de Florianópolis, esperando para ir pela primeira vez até a aldeia Barra Velha, em 2015, eu estava conversando com um turista paulista, que era engenheiro, e ele me disse que já havia visitado os Pataxó de Porto Seguro, na aldeia Coroa Vermelha, e que achou muito legal. Contudo, ele me disse que achava que eles eram muito “aculturados”, e que faziam uma espécie de “encenação”, que não eram “índios de verdade”. Apenas escutei em silêncio, pode ser que até concordei com ele, por educação, sendo que, na verdade, pouco conhecia sobre esses indígenas e não tinha muito elementos para prosseguir com a conversa, no que apenas guardei essa conversa no pensamento.

Em 2018, logo após minha chegada à aldeia Barra Velha para fazer a pesquisa de campo para este TCC, quando estava na casa de Ney, irmão de Marcos Braz, Ney me perguntou o tema de minha

pesquisa. Disse para ele que estava interessado nas narrativas Pataxó sobre o “descobrimento” do Brasil. Falei que queria saber qual era a versão dos indígenas sobre essa “história”, já que até então só havia tido acesso à história que foi escrita pelos não-indígenas, contada nos livros didáticos. Ney elogiou minha iniciativa, e disse que era um tema muito importante de ser estudado, mas que, apesar disso, era um tema difícil, já que foi algo que aconteceu há muito tempo. Um comentário muito interessante que ele fez foi o de que apesar de se tratar de algo que aconteceu há muito tempo (a chegada de Cabral), era possível tentar reconstituir a história estimulando-os a se colocarem no lugar de seus antepassados. Foi aí que elaborei uma das perguntas que fazia nas entrevistas: *E se fosse hoje a chegada de Cabral, e se fosse hoje o “descobrimento”, o que você faria?*

Certa vez, quando fiz essa pergunta para Arauê Pataxó, liderança indígena, ele respondeu brincando: *“Se fosse hoje que Cabral chegasse, a gente ia montar uma barraca e ia lá vender artesanato pra ele”*.

Apesar de se tratar de uma brincadeira de Arauê Pataxó, essa resposta reflete um aspecto muito importante da vida deles, que é essa relação intensa com o turismo, que é a principal fonte de renda de muitas famílias Pataxó. Lendo a obra de Grunewald (2001, 2015), ele dá a entender que a relação mais intensa dos Pataxó com os turistas se dá na aldeia de Coroa Vermelha, entretanto, ela também é muito presente na aldeia Barra Velha, onde fiz minha pesquisa.

Esse contato mais intenso dos Pataxós com o turismo teve início em 1970. Enquanto ocorriam os estudos para a demarcação do território da aldeia Barra Velha, concluiu-se também a construção da BR-101 na região de Porto Seguro (1973). Com a rodovia, intensificou-se o fluxo turístico na região, iniciando-se o que passou a ser chamado de “turismo do descobrimento”, ou seja, passaram a explorar economicamente o fato de a região ser a mesma do “descobrimento” do Brasil, inclusive, tendo sido inaugurado pelo governo federal uma grande cruz de madeira representando a cruz da primeira missa celebrada no Brasil:

Em 1974, o marco do Descobrimento do Brasil foi inaugurado com a instalação de grande cruz de madeira representando a Primeira Missa celebrada no Brasil. A partir daí o turismo começou a se desenvolver na região. No início de forma bastante tímida, mas, a partir dos anos 1980, de maneira avassaladora”, dando início ao afluxo do turismo de massa para visitação a Porto Seguro com vistas a “um turismo histórico (local do

descobrimto do Brasil e da Primeira Missa celebrada em solo brasileiro, além das importantes instalações coloniais com sua arquitetura restaurada), recreativo (belas praias) e cultural (chamariz da cultura baiana, com sua culinária, danças, músicas ou ritmos)” (GRUNEWALD, 2002 apud GRUNEWALD, 2015).

Esse contato intenso com o turismo estimulou os Pataxó a integrarem-se nesse mercado, sendo que são constantemente convidados para fazer apresentações de suas danças tradicionais, e isso inclusive estimulou-os a revitalizarem sua dança e a sua cultura, já que passaram a apresentá-la em espaços públicos. Além das apresentações, os Pataxós fornecem sua mão de obra para uma grande variedade de serviços relacionados ao turismo, sendo que uma fonte de renda muito importante para os Pataxó é a fabricação e venda de artesanato:

Ao longo de sua história de contato interétnico com segmentos da sociedade Brasileira, os Pataxó alteraram em muito seus modos de vida e seus costumes. Já no início da década de 1970, entretanto “quando um marketing do descobrimto do Brasil é destacado na região, os Pataxó passaram a ser chamados para fazer representações de sua cultura (danças, mais especificamente) em contextos escolares, inaugurações municipais e outros atos políticos (o que faziam em troca de uma feira)” (Grunewald, 2002a:10-11) Soma-se a isso o fato do início da confecção de artesanato para comercialização num contexto turístico que se anunciava. Tais atividades os fizeram se concentrar em sua cultura específica de modo que, conseqüentemente, iniciaram um processo de revitalização e produção de itens de cultura gerados em termos de tradição. Está “claro que o elemento mais rapidamente desenvolvido foi o artesanato, em função do retorno financeiro imediato que proporcionava”. (GRUNEWALD, 2015, p. 414).

Muitos dos Pataxós de variadas aldeias, tem no turismo sua principal fonte de renda, ou muitos combinam trabalho no turismo com o trabalho nas suas roças, nas fazendas de terceiros (colheita do café, por exemplo), e na pesca. Na aldeia Barra Velha, pela proximidade com

destinos turísticos, a participação indígena dentro desse mercado é bem intensa.

3.5.1 Os Pataxó da aldeia Barra Velha e a relação com o turismo

O turismo na Terra Indígena Barra Velha é favorecido pela proximidade da aldeia com o vilarejo turístico de Caraíva, que se encontra localizado na divisa com a T.I. Barra Velha, assim como com outros destinos turísticos famosos na região, como Trancoso, Praia do Espelho, e Arraial D'ajuda, no que vou apresentar um pouco do turismo desenvolvido nessa Terra Indígena.

Imagem 8 - Uma das “ruas” principais do vilarejo de Caraíva. Destino turístico, Caraíva faz fronteira com a terra Indígena Barra Velha



Fonte: Acervo pessoal.

A aldeia Barra Velha, como já indicado, está localizada a aproximadamente setenta km do centro do município de Porto Seguro, estando a seis km do “vilarejo” turístico chamado Caraíva, que faz fronteira com o limite norte da Terra Indígena Barra Velha, na aldeia Pataxó chamada Xandó. Também vale ressaltar que na outra extremidade (sul), na aldeia Bugigão, a Terra Indígena Barra Velha faz fronteira com outro destino turístico também famoso na região, chamado Corumbau. Corumbau compreende uma reserva extrativista de marinha (Reserva Extrativista Marinha Corumbau), que também

engloba a área marítima da Terra Indígena Barra Velha. O limite leste da Terra Indígena faz fronteira com o oceano atlântico, sendo possível atravessar a pé pela praia, por exemplo, da desembocadura do rio Caraíva até o pontal de Corumbau, trajeto de aproximadamente dez km e que passa por dentro da terra indígena Barra Velha. O limite Oeste abrange o Monte Pascoal e adjacências.

Apesar de não apresentar um turismo tão intenso quanto o de Coroa Vermelha, que é mais próxima do centro da cidade de Porto Seguro, a presença de turistas na aldeia Barra Velha é bem comum, e o contato dos indígenas dessa aldeia com os turistas é bem intenso, principalmente no verão.

No vilarejo de Caraíva, os Pataxós trabalham em diversas funções. Uma das principais, no que diz respeito aos homens Pataxó, são os passeios de buggy, e é bem comum a presença dos Buggysna aldeia durante todo o dia. Na maioria das vezes levam os turistas em um passeio que sai de Caraíva e vai até a ponta de Corumbau passando pela praia, e vice versa, e, eventualmente, levando os turistas para conhecerem a aldeia Barra Velha. Os condutores de buggyPataxó organizam-se na Associação de Bugueiros Indígenas Pataxó da Aldeia Barra Velha (ABIPABV). Além de dirigirem os buggys e levarem os turistas nesses passeios até Corumbau, nos dias de lua cheia oferecem um passeio que leva os turistas de Caraíva até a aldeia Barra Velha para assistirem o “Awê” Pataxó. Os turistas têm a oportunidade de assistirem a esse ritual tradicional e experimentarem a culinária local, como a moqueca na folha de patioba, beberem o *Cauim*, ou participarem de uma roda de *rapé*. Levar os turistas até o ritual já é uma forma que os “Bugueiros Indígenas” conseguem ganhar algum dinheiro, já que o passeio tem custos, além de que ao fim do “Awê”, os organizadores pedem aos participante uma colaboração expontânea para custear o ritual. Também acontece de muitos turistas visitarem a Aldeia Barra Velha por interesse próprio em conhecer a cultura indígena e em buscar medicinas alternativas/xamânicas através do trabalho dos Pajés.

Imagem 9 - Ritual tradicional Pataxó (Awê)



Fonte: Acervo pessoal.

São muitas, portanto, as formas que os Pataxó buscam se inserir no mercado turístico da região, seja como condutores de buggy, comerciantes, venda de artesanato, entre outras. Assim, nesses trabalhos, além de buscarem sua sobrevivência no mercado turístico, os Pataxós também buscam garantir seu território ancestral e respeito e reconhecimento enquanto ocupantes legítimos daquele território. Quando dançam o “Awê” para os turistas, também estão dançando para que as suas divindades os façam exitosos na sua luta por seus territórios e na efetivação de seus direitos. Assumem para os turistas, e para qualquer um que perguntar, que são os “índios do descobrimento”, ou seja, assumem que estão aqui já desde a época da chegada de Cabral, e muito antes. Eles tem consciência que são os donos daquela terra, daquele chão, e que ela lhes deve ser assegurada por direito, já que são um povo originário.

No próximo capítulo buscarei apresentar as narrativas dos indígenas Pataxó a cerca do “descobrimento” do Brasil, e como é que com essas narrativas também estão construindo um novo regime de memória sobre eles mesmos e sua presença nessa região, já que constroem uma contra-narrativa à da história oficial, que procurou renegar a sua existência.

4. OS PATAXÓS E O “DESCOBRIMENTO” DO BRASIL

4.1 INTRODUÇÃO

Os cinco séculos de colonização portuguesa no Brasil afetaram intensamente o modo de vida dos indígenas que se encontravam neste território, entre eles, o dos indígenas Pataxó. O contato intenso com os colonizadores, marcado por grande violência, dominação e doutrinação, levou com que eles fossem profundamente afetados em seus costumes tradicionais e sua língua, incorporando muito da cultura dominante do colonizador. Apesar disso, os Pataxó não deixaram de se identificar enquanto um grupo étnico distinto e que segue preceitos e cosmovisões culturais próprios. Tampouco deixaram de ocupar os seus territórios tradicionais, que eram o lar de seus antepassados.

A chegada do turismo intenso na região de Porto Seguro, na década de 1970, traz consigo a construção de um “turismo do descobrimento”, proporcionando ao turista a oportunidade de conhecer o espaço onde se iniciou este país que passou a se chamar Brasil. Uma figura muito importante no “descobrimento” do Brasil é o indígena, que estava presente logo na chegada desses colonizadores em terra, como bem já registra a carta do escrivão Pero Vaz de Caminha. Além desse primeiro contato em 1500, a documentação historiográfica dá conta de provar que os indígenas sempre se fizeram presentes na formação da história do Brasil desde 1500 até a atualidade.

Longe de corresponderem ao errôneo estereótipo de indígena de que andariam nus, vivendo da caça e coleta, os Pataxós diariamente lutam e trabalham para desconstruir esses estereótipos, afirmando que não deixam de ser “indígenas” só por morarem em uma casa de cimento e não de palha, por vestirem-se com camiseta e bermuda, ou por apresentarem diferentes fenótipos resultantes de seus intercruzamentos com outras etnias e povos. São constantemente acusados de serem “indígenas misturados” e “aculturados”. Entretanto, o que de certa forma busco demonstrar com este trabalho, é que muitos dos que os acusam e buscam deslegitimá-los, na verdade, são pessoas que não detém um conhecimento sobre os povos indígenas, e apenas reproduzem o que lhes foi ensinado de maneira superficial e estereotipada, reproduzindo o que viram em filmes que não correspondem a realidade dos indígenas atuais, em sua vida real.

Além de todos os conflitos que vivem em relação à sua etnicidade e a luta pelo domínio de suas terras, os Pataxó são habitantes da região

onde a historiografia diz que se “descobriu” o Brasil, e em suas narrativas buscam afirmar uma continuidade com os povos que aqui estavam na época da chegada de Cabral, em 1500. Neste capítulo final vamos abordar algumas versões dos Pataxó sobre como contam e compreendem o “descobrimento” do Brasil.

4.2 O “DESCOBRIMENTO”, O ESTRANHAMENTO E A RESISTÊNCIA PRIMEIRA

Logo nos meus primeiros dias morando em sua casa, Arauê Pataxó me tratou de apresentar um de seus vizinhos no Muriã (Bairro da aldeia), Raoní Pataxó. Jovem liderança, é atualmente reconhecido como representante da cultura Pataxó na aldeia Barra Velha. É ele quem organiza e apresenta o *Awê* para os turistas, assim como, é um pesquisador da cultura Pataxó. Raoní, conforme me disse, é membro do Conselho Comunitário das lideranças da aldeia, e atuante no Conselho Nacional de Cultura dos povos indígenas, vinculado ao Conselho Nacional de Políticas Públicas (CNPP), representando os Pataxó. Raoní tem viajado no Brasil e no mundo representando seu povo. Esteve quatro vezes em Portugal, onde faz um trabalho na área da museologia, trabalhando com peças Pataxó do século XIX. Arauê me disse que desde pequeno Raoní já se mostrava interessado com a cultura Pataxó, e que já sabia que ele iria ser uma grande liderança de seu povo.

Conversando sobre a história da conquista, Raoní me disse que antes da chegada dos portugueses os indígenas já sabiam que algo diferente ia acontecer:

No contexto dos grande sábios, tanto há quinhentos anos como muito antes disso, eles já sabiam que um dia isso iria acontecer. Estes grandes sábios do mundo espiritual tinham essa conexão e esse conhecimento e sabiam que não estavam ali sozinhos, e que algo diferente iria chegar em suas terras.

Itajá Pataxó, por sua vez, também trouxe uma explicação de como ocorreu esse princípio. Segundo ele, antes da chegada dos portugueses, seu povo, tinha medo da serpente:

A serpente era uma cobra enorme, de asas, que voava em todas as direções. E quando eles viram

as caravelas, que era cheia de panos, eles gritaram: - As serpentes estão chegando, vamos se prevenir contra elas! E essa serpente se aproximou, eram as caravelas. E daí veio todo o início dessa história.

Itajá tem 49 anos, trabalha como liderança nas aldeias Barra Velha, Xandó e Bugigão. Foi professor na escola da aldeia Barra Velha durante 20 anos, e lecionava história e Patxohã (Língua indígena Pataxó). Conforme diz, foi um dos que escreveu toda a pesquisa de resgate da língua Patxohã, juntamente com Anarí e Jerry Matalauê (pesquisadores Pataxó), aonde pesquisaram durante 5 anos. No início das pesquisas com o Patxohã trabalhavam com algo em torno de 180 palavras, e atualmente já estão na margem das 5000 palavras escritas. Patxohã significa “língua de guerreiro”.

Além de trabalhar com a questão da língua indígena, Itajá também pesquisa a história de seu povo e, de acordo com ele, essa é uma história “que não foi contada”, uma “história na visão do índio” e que “está adormecida na mente dos mais velhos”.

Raoní continua, afirmando que na opinião dele, a reação dos indígenas, quando primeiro avistaram os chegantes, foi de estranhamento. Segundo ele,

Se colocar 500 anos atrás é meio difícil, mas no meu ponto de vista o que eles sentiram foi o estranhamento. Quando algo novo acontece em nossas vidas, algo que ainda não conhecemos, a nossa primeira sensação é a do estranhamento, né? Dependendo do que, há uma relação boa, de aliança né, de poder conhecer mais e explorar aquilo. E ambos, uns aos outros se estranharam. Acho que os portugueses quando chegaram também tiveram essa sensação.

Dona Jabuticaba, irmã de Arauê Pataxó, com quem também realizei entrevista, por sua vez, ao me explicar acrescentava que na chegada de Cabral, a reação dos indígenas, além do estranhamento, foi a de resistência. Para ela,

Quando Cabral chegou os índios avistaram lá da Coroa do Monte Pascoal. Porque naquele tempo só tinha barco a pano né. Aí eles avistaram e o barco vinha longe, longe, longe. Aí se preveniram

e cortaram aqui por Eunápolis e depois desceram pra Cabrália, lá onde tem a Coroa Vermelha. Se preveniram, cada um com um feixe de arco nas costas, com flecha, e desgramaram pra lá. Cortando essa mata aí e chegaram lá. O barco a pano só anda com o vento né, o vento calmou ele para. Veio esse barco chegando e os índios tavam lá esperando, em Coroa Vermelha. Quando esse barco chegou eles fecharam na beira da Praia, tudo esses índio. Aí o pessoal de Cabral pensou: - Como nós vamos chegar na praia com esse monte de índio?

Aí esse barco foi chegando e quando eles viram que dava pra soltar a flecha, soltaram a flecha. Ai batia na borda do barco. Aí os barcos voltaram pra fora de novo. Aí no outro dia de novo fizeram o mesmo. E pensaram: - Como nós vamos fazer pra amansar esse índio?

Ai no outro dia vieram de novo e foram chegando cada vez mais perto. Aí suspenderam o espelho e uma bandeira vermelha. Aí arma caiu tudo da mão deles, aí foi onde eles chegaram. Aí foram amansar índio e tomaram conta. Aí tá até hoje essa encrenca aí...

Dona Jabuticaba tinha 65 anos, era pajé da aldeia Pará, aldeia anexa à Barra Velha. Ela produz remédios naturais a base de plantas, e de acordo com ela aprendeu a técnica da cura “um pouco com os mais velhos e um pouco veio de deus”. Dona Jabuticaba também gosta de “ramiar” (dançar o Awê) e de, acordo com Arauê, é uma excelente cantora. Em casa na aldeia Pará, onde mora com seu marido Aluísio, possui um “centro de cultura”, uma grande tenda aonde se dança o Awê, além do que está construindo um grande forno a lenha para preparar a comida e o cauim nos dias de Awê.

Imagem 10 – Arauê e sua irmã dona Jabuticaba na aldeia Pará



Fonte: Acervo pessoal.

Perguntei para Dona Jabuticaba como foi que ela conheceu essa história “do descobrimento do Brasil” e ela disse que ouviu dos mais velhos. Disse que antigamente os jovens escutavam mais os velhos, já que não existia televisão nem celular. Disse que era comum no fim do dia fazerem uma fogueira no terreiro e todos sentarem-se em volta para contar histórias, o que já não acontece tanto hoje em dia. Em sua versão, além de expor que os indígenas ofereceram resistência aos

colonizadores, também aponta as estratégias que os portugueses se utilizaram para “amansar” os indígenas, e uma dela era o espelho.

4.3 DOS ESPELHOS À DOMESTICAÇÃO, À DOMINAÇÃO

Muitas das pessoas Pataxó com quem eu realizei entrevistas apontavam o uso do espelho como uma estratégia que os portugueses se utilizaram para confundir os indígenas em sua chegada. Itajá, por exemplo, me contava que:

Uma coisa que atraiu muito, muitos outros povos foi o espelho. Por que o espelho? Por que eles nunca tinham visto eles mesmos lá dentro. Ai ele batia no espelho até saber quem era que estava ali. Ai pegavam esse espelho e ficavam fazendo brincadeira com ele, mostrando para os outros índios, para poder atrair esse índios que estavam na mata. Esse foi o único atrativo para o povo indígena. Além do espelho, o vinho. O vinho foi outra coisa que atraiu bastante também os povos indígenas. Eles levavam o vinho, tomavam, ficavam bêbados, e aí traziam até o local que estava cercado, e aí ficavam presos. E aí domesticavam eles. Não se encontra isso diretamente dentro de algum material didático. Isso não chega por que eles não escrevem a história real. Eles não vão colocar de que forma foi feito a domesticação e a escravidão. Eles também não colocam de que maneira eles escravizaram os negros. Eles só falam que eles vieram da África.

Nos relatos de Itajá e de Raoní Pataxó, eles também apontam as estratégias por parte dos portugueses para consolidar o seu domínio. Raoní Pataxó me explicava que:

Eu acho que os portugueses foram diferente dos espanhóis. Eles se utilizaram de uma estratégia para poder ganhar. Ganhar espaço, ganhar confiança. Para aqueles que vieram explorar, a melhor forma é ganhar confiança e depois estudar melhor seu oponente. Então houve isso com os portugueses. Eles foram estabelecendo

confiança. A Igreja entra muito forte nisso. Na época quem tinha poder era a igreja.

Itajá, por sua vez, também destacava as suas formulações no que diz respeito aos processos de “domesticação” dos indígenas empreendidos pelos dominadores:

Eles domesticavam uma família, para trabalhar para o português. Porque aqui em Joacema, quando eles chegaram, eles já foram fazendo, em círculo de madeira, bem alto, como se fosse um espaço de pelo menos 1000 m2, para quando pegasse um índio soltasse esse índio lá dentro. Pra que? Pra domesticar esse índio pra depois ele levar essas pessoas para outros grupos, e também atraí-los.

Dessa narrativa de Itajá é possível fazer um paralelo com algo que também foi apontado por Pacheco de Oliveira (2016), onde o autor afirma que após o início do processo de colonização do Brasil, quando vigorava o *regime das feitorias*, ou seja, quando o rei de Portugal nomeava homens de confiança (feitores) para gerenciar o comércio nas colônias, uma figura muito importante para a consolidação da colônia eram os “lançados”. Segundo o autor,

O paradoxal é que o sucesso inicial da colonização iria depender da rede de relações constituída durante o *regime das feitorias*. Uma figura essencial naquele contexto era a do intermediário, do lado português chamados de “lançados”, e do lado francês, de *truchments*. Embora fossem tradutores culturais, aprendendo os idiomas e os costumes nativos, não eram apenas “línguas” (intérpretes), mas operadores práticos das alianças. Contraíam matrimônios com mulheres indígenas, herdando redes de relações políticas e cerimoniais, o que lhes permitia ser agenciadores da produção do pau-brasil e mediadores das relações com os europeus. As famílias que instituíram foram as raízes dos mais antigos moradores da colônia, como em São Paulo, Bahia e Pernambuco. Os próprios ideólogos da colonização, situados na metrópole, nesse momento valorizavam a mestiçagem como

estratégia política e de povoamento. (OLIVEIRA, 2016, p. 60, grifo do autor).

Interessante, portanto, cruzar as narrativas de Itajá e Raoní com a afirmação de Pacheco de Oliveira, sendo possível identificar em ambos que compreendem o uso de estratégias por conta dos Portugueses para estabelecer o seu domínio.

Continuando com as narrativas dos Pataxó, também era comum as pessoas apontarem que o conceito de riqueza do indígena era diferente do conceito de riqueza dos colonizadores portugueses. De acordo com Raoní Pataxó, “riqueza para o indígena era aonde ele vivia, sua pesca, seu rio, sua caça, seu peixe. Isso para eles era o bem mais precioso”.

Adalton Pataxó, liderança da aldeia Barra Velha, também fazia comentários nesse sentido, apontando algo que eu ouvia recorrentemente nas narrativas dos Pataxós, quando questionados sobre como eles compreendiam a história do “descobrimento” do Brasil, de que para eles o que ocorreu de fato não foi “descobrimento” e sim um “roubo”. Adalton me explicava que:

A inteligência que os europeus tinham era diferente da inteligência do povo que vivia aqui naquela época. A inteligência que os europeus tinham era de desbravar, buscar outros continentes, e buscar ouro e riqueza. E o nosso povo já vivia aqui, então eles não descobriram, eles invadiram. Eles viram que o povo daqui não tinha domínio, do jeito que eles tinham lá, e roubaram tudo, a madeira, o ouro, e escravizaram o índio. Eles viram aqui o povo nu, e consideraram que nem um animal. Eles enganaram o índio em troca de objetos, então, foi roubo, eu não vejo isso como descoberta.

4.4 DA INVASÃO, DA VIOLÊNCIA E DOS ESTIGMAS

Da primeira vez que expus meu tema de pesquisa para Raoní Pataxó, ele logo me alertou que muita gente iria questionar o termo “descobrimento”. Muitos dos indígenas que conversei e entrevistei afirmavam que o Brasil não havia sido “descoberto”, mas que foi “invadido”. Segue-se nos relatos que a partir da invasão passam a

ocorrer diversos tipos de violências que os colonizadores fizeram contra os indígenas, e que persistem até hoje. São recorrentes as falas que dizem respeito ao roubo da madeira e dos minérios, assassinatos e escravização dos indígenas, entre outras.

Quando os questionava se o “descobrimento” teria trazido algum benefício para os indígenas, a grande maioria respondia que não, ou então diziam que se houve algum benefício, ele não compensava o grande malefício que a colonização causou aos indígenas. Também é muito recorrente afirmarem que foi a partir da chegada dos colonizadores portugueses que os indígenas perderam sua cultura. Manoel Santana Ferreira, conhecido como Manoel Periquito, irmão de Araújo, contava-me como a cultura Pataxó foi sendo “estragada”. Segundo ele,

*Não tenho estudo, não tive oportunidade. Mas o que aprendi foi com meus avós e antepassados, que eram indígenas. Pedro Alvares Cabral na época chegou em Coroa Vermelha, e ali eles trouxeram um conhecimento que estragou a cultura indígena. Os índios Pataxó tinham seu idioma firme, sua cultura, seus conhecimentos, e vivia da natureza, tirando sua alimentação. Eles tiraram até o nome do índio, porque diziam que o nome do índio não era nome de gente, era nome de bicho da mata. Ai colocaram João, Pedro, etc, e ai começaram a tomar a terra dos indígenas e os índios Pataxó começaram a morrer brigando. Ficou bem poucos na época, mas como o povo Pataxó é bem resistente, sobreviveu. Alguns se esconderam na floresta, já que naquela época a floresta aqui no sul da Bahia ainda era bem preservada. A história nossa com o povo branco foi sofrida. Os índios lá do Sul foram os derradeiros a ter contato com o branco. O primeiro que teve contato com o branco foi o índio Pataxó. E daí eles começaram a descobrir as outras tribos indígenas na Amazônia, Pará. E dizem até que tem alguns indígenas que são mais isolados que nós, né? Alguns dizem que o Pataxó é civilizado, mas tem razão de ser civilizado, porque foi o primeiro a ter contato com o branco. Os índios da Amazônia fala assim:
- Ah, os Pataxó não são mais índio, são civilizado.*

Eles tem que reconhecer que os nossos antepassados que teve [primeiro] o contato com o branco. Não foram eles que tiveram o contato com o branco. O nosso contato começou há 518 anos. Então teve mistura do branco casando com índio, o negro, então, misturou bastante.

Analisando a fala de Manoel Periquito, constata-se uma afirmação que é recorrente nas falas dos Pataxó, que é afirmar que houve uma “invasão”, e não descobrimento. Grunewald (2015), também registrou essa compreensão entre os Pataxó da aldeia Coroa Vermelha, além de ter registrado outra característica que é bastante comum nas narrativas dos Pataxó, que é afirmar a sua anterioridade à nação brasileira. Segundo o autor,

O problema que gostaria de justapor aqui é que os Pataxó parecem celebrar em Coroa Vermelha antes de tudo sua anterioridade à nação brasileira. Todos os seus discursos confluem para isso: afirmar que quando Cabral chegou eles já ocupavam, se não diretamente (caso de discursos que apontam para sua descendência também dos Tupi), mas também periodicamente (caso de discursos de serem índios das matas que afluam sempre para aquele pedaço da costa), aquela porção do litoral. De qualquer forma, destaca-se invariavelmente um discurso sobre o momento histórico da chegada de Cabral como uma “invasão”. (GRUNEWALD, p. 2015, p. 415).

Acho interessante ressaltar também, da fala de Manoel Periquito, o que diz respeito às acusações que outros indígenas fazem contra os Pataxó, acusando-os de misturados. Em algumas oportunidades que tive de conversar com indígenas de outras etnias, quando disse que estava trabalhando com o povo Pataxó e suas narrativas sobre o “descobrimento”, muitos elogiaram o tema da pesquisa e também demonstraram seu respeito pelo povo Pataxó, reconhecendo a intensa luta desse povo pelo seu território e na busca de desconstruir os estereótipos que enfrentam. Não duvido que possa ter havido uma ou outra ocasião em que outros indígenas possam ter “acusado” os Pataxós de serem índios “aculturados”. Sabe-se, inclusive, que entre os próprios indígenas de diversas etnias ocorrem discussões ou disputas entre famílias e “facções” a respeito de que uns se dizem índios mais “puros”

que outros, o que não constituiu o tema principal de minha pesquisa. O que gostaria de apontar aqui, e isso posso confirmar, é que acusações sobre os Pataxós serem índios “misturados” são feitas de maneira mais recorrente pelos “não indígenas”.

Pacheco de Oliveira (2016) aponta que o estigma de identificar os Pataxó como sendo “índios misturados” já é muito antigo na historiografia, inclusive da antropologia, e que na verdade também é atribuído ao conjunto de indígenas que ficaram conhecidos na etnologia como os “Índios do Nordeste”, entre os quais se incluem os Pataxó, e outras etnias, como os Tupinambás de Olivença, os Pankararu, entre muitas outras etnias indígenas que habitam os estados do nordeste do país. O autor faz uma crítica à antropologia, afirmando que, em parte, ela atuou de forma a naturalizar esse estigma, e utiliza como exemplo uma obra do renomado antropólogo Eduardo Galvão, e uma obra da antropologia considerada de “referência capital” para os estudos etnológicos, o *Handbook of South American Indians*, dos antropólogos Robert Lowie e Alfred Métraux, de 1946. De acordo com o autor,

Em seu trabalho de classificação das áreas culturais indígenas existentes no País, Eduardo Galvão (1979:225-226) manifesta dúvidas sobre a última delas – que ele classifica como a XI, intitulada “Nordeste”-, se ela tem, efetivamente, uma unidade e consistência igual às demais. O autor destaca, desde logo, os efeitos da aculturação, e o seu diagnóstico sobre as dez etnias dessa área cultural é a seguinte: “A maior parte vive integrada no meio regional, registrando-se considerável mesclagem e perda dos elementos tradicionais, inclusive a língua. Ao mencionar os Pataxós, o autor agrega o adjetivo “mestiçados”. [...] No *Handbook of South American Indians*, obra de referência capital para os estudos etnológicos, os povos indígenas do nordeste são focalizados em pequenos artigos (quase verbetes) escritos por Robert Lowie (1946) e Alfred Métraux (1946), um deles com a colaboração de Curt Nimuedajú. Em ambos os textos são utilizadas fontes históricas e, primordialmente, relatos de cronistas quinhentistas e seiscentistas ou naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX. Ou seja, tais povos e culturas passam a ser descritos apenas

pelo que foram (ou pelo que se supõe que eles foram) há séculos atrás, mas sabe-se nada (ou muito pouco) sobre o que eles são hoje em dia, o que, certamente, pouca contribuição traria à etnologia como estudo comparativo das culturas.” (OLIVEIRA, 2016, p. 195).

Pacheco de Oliveira (2016) afirma que historicamente a antropologia se dedicou, em grande parte, a dar preferência ao estudo dos povos que apresentavam maior contrastividade cultural, lançando à invisibilidade ou dando menos atenção aos povos vistos como mais “aculturados”, o que, de acordo com o autor, foi danoso. Outro ponto importante a se destacar, conforme apontado pelo autor, é que na obra de Robert Lowie e Alfred Métraux, citada acima, os indígenas foram “descritos apenas pelo que foram (ou pelo que se supõe que eles foram) há séculos atrás”, e não pelo que são no presente, ou seja, no século XX. De certa maneira, eram descritos pelos etnólogos como inexistentes ou em vias de extinção. Sobre a etnologia indígena produzida no nordeste, na segunda metade do século XX, o autor afirma:

Em algumas capitais da região, se consolidaram núcleos de pesquisa que viriam, de algum modo, a desembocar em iniciativas destacadas e relevantes. No entanto, a etnologia indígena não tinha o mesmo poder de atração das investigações sobre as religiões afro-brasileiras, a arqueologia ou o folclore, e mesmo as incursões dos catedráticos que estavam referidos à linguística ou a antropologia social não deixaram de abordar, em suas teses e comunicações, as temáticas indígenas pelo viés do passado. Isso se refletia ainda com mais clareza nos museus, em que as culturas indígenas eram representadas seja por meio de peças arqueológicas e relações históricas de populações que viveram no Nordeste, seja por coleções etnográficas trazidas de populações atuais do Xingu ou da Amazônia. (OLIVEIRA, 2016, p. 198).

Como já assinalado anteriormente, os índios do Nordeste, mais especificamente da Bahia, passaram a ter mais atenção dos antropólogos a partir dos anos de 1980, com os trabalhos de antropólogos como Pedro Agostinho, Maria Rosário de Carvalho e José Augusto Sampaio, que

passaram a efetuar pesquisas sobre esses povos, assim como, passou a intensificar-se as lutas desses povos acerca da demarcação de seu território. Como destaca Pacheco de Oliveira (2016, p. 198-199):

É a partir de fatos de natureza política – demandas quanto à terra e assistência formuladas ao órgão indigenista – que os atuais povos indígenas do Nordeste são colocados como objeto de atenção para os antropólogos sediados nas universidades da região [...] Em 1975, como um desdobramento da Reunião Brasileira de Antropologia realizada em Salvador, estabelece-se um termo de cooperação entre a fundação Nacional do Índio (Funai) e a UFBA no sentido de que a universidade pudesse vir a gerar estudos que subsidiassem programas de assistência e desenvolvimento aos povos indígenas do estado. Embora essa articulação tenha tido curta duração, estimulou o aparecimento de um primeiro “grupo de trabalho” (Carvalho, 1977; Bandeira s.d, por exemplo) sobre alguns povos indígenas da Bahia – como os Pataxós e os Kiriris, que, embora reconhecidos como “índios” pelo órgão indigenista e pela literatura etnológica, não dispunham de terras demarcadas e protegidas [...] Organizados e mobilizados mais tarde pela criação da Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai) e do programa de Pesquisas sobre os Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (Pineb) (ver Agostinho, 1995), os antropólogos produzem uma quantidade expressiva de artigos, relatórios e laudos que ampliam o conhecimento empírico sobre as condições de existência da população indígena do estado (Carvalho, 1984; Agostinho, 1988), gerando dados e argumentos que fortalecem suas demandas

O que gostaria de ressaltar, por fim, utilizando como referência Pacheco de Oliveira, é que a estigmatização dos Pataxós e dos povos indígenas do Nordeste enquanto misturados é antiga, tendo ocorrido inclusive dentro da própria disciplina antropologia. É com referência a esse histórico processo de estigmatização que os Pataxó sofreram ao longo da sua história, a qual tem procurado sempre anular a sua presença da região, que devemos compreender os esforços deles para

construir uma nova versão da história do seu povo em relação a nação brasileira.

4.5 3.5. A FELICIDADE QUE SE FOI E O ÍNDIO CIDADÃO

Algo também recorrente nas narrativas dos Pataxó, além de mencionarem a questão dos roubo da madeira e dos minérios, era dizer que os indígenas eram felizes antes da chegada dos Portugueses. Ianã Pataxó, irmão do líder Adalton Nascimento, era outro de meus vizinhos no Muriã. Ianã é artesão e dono de um pequeno comércio na entrada da aldeia Barra Velha, aonde ele atende os próprios indígenas da aldeia, e também alguns turistas de passagem por ali. Ianã aprendeu o artesanato observando o seu pai, que também era um artesão. A especialidade dele são as esculturas dos animais de madeira.

Imagem 11 - Ianã Pataxó produzindo uma de suas famosas esculturas de madeira



Fonte: Acervo pessoal.

Eu conversava muito com Ianã, muitas vezes almoçava e tomava o *Tarrão* (café) na casa dele. Um dia desses, perguntei para ele como foi encontro dos indígenas com os portugueses em 1500, ao que ele me respondeu:

Rapaz, essa é uma pergunta muito pesada, né! Tururim (ex-cacique) contava que tinha histórias bonitas, alegres, e histórias tristes né. Ele falava que antes da chegada dos portugueses tinha histórias felizes e depois da chegada deles que começaram as histórias tristes né. Eles colocavam os índios para trabalhar pra eles, talvez até apanhando, né. Uma vez eu ví num livro, né, uns indígenas amarrados e eles batendo nos indígenas, e obrigavam os indígenas a levar toras de madeira para as embarcações deles, para eles levarem para Portugal. Então, hoje a gente vê através dessas histórias como isso é triste pra gente, né. Hoje não é mais como na chegada. Às vezes ainda estamos vivendo um período desse, né, devido a discriminação, o preconceito. Tem gente que hoje em dia ainda olha pra gente como se fosse um bicho do mato.

Arauê Pataxó também fazia as suas reflexões sobre o passado, e me dizia que antes da chegada dos portugueses os indígenas viviam mais felizes. Havia lhe perguntado se ele achava que a chegada dos portugueses trouxe algo de bom para os Pataxó, ao que ele também me respondeu:

Rapaz essa é uma pergunta que é muito difícil de ser respondida, por que, de um lado, foi só destruição, né. O índio perdeu muito nisso aí. Como eu te falei, perdeu os minérios, perdeu o pau Brasil. Eles fizeram várias serrarias, como tem ali. No meu conhecimento foi uma perda. E outra coisa, trazer doenças que os índios não tinham né. Por isso que era proibido pisar dentro das aldeias, pra não trazer doenças. A gente indígena somos fracos pra este tipo de doença que vem lá de longe né. O Português também trouxe as invasões. Porque o Brasil já tinha sido descoberto pelos índios. O índio vivia a vontade, não tinha certos tipos de agasalho, mas vivia feliz

porque tinha tudo né, e hoje em dia ele não tem mais. Tudo o que ele queria na floresta dele tinha. Se ele ia caçar tinha, se ele ia pro mar tinha, então teve todas as perdas né, porque hoje não temos mais. Hoje já é outra cultura, é outro povo né. Então, já ficou essa perda toda, né. E eu falo, em público, todo mundo fala que no 19 de abril eu vou comemorar. Mas não é comemorar. O índio tá nesse dia manifestando, mostrando pro Brasil que ele existe com sua cultura, com seus costumes, e com seu respeito. E o não índio ele tem que respeitar o índio da forma que o índio é, e não da forma que ele era 300 anos atrás. Então, olha só a compreensão da pessoa. As coisas mudam. Trezentos anos atrás já foi, e agora em que ano estamos? Então, tem gente hoje que não sabe nem colocar uma pergunta, ele já vem com aquele preconceito. Ah, mas eu queria ver índio de oca! Não sei o que. Rapaz, você quer comparar seus antepassados com hoje? Hoje o índio é uma pessoa cidadã. Hoje os índios são tudo formado, eles conhecem os direitos, né. A pessoa pra falar uma coisa dessa ela tem que observar a forma como aquele povo evoluiu né.

Acho interessante a fala de Arauê, principalmente onde ele diz que o índio deve ser respeitado na forma que ele é hoje em dia, e não como foi há trezentos anos atrás. Podemos fazer uma associação da fala de Arauê com a teoria dos regimes de memória de Pacheco de Oliveira. Nesse caso, Arauê está buscando a construção de um novo regime de memória acerca de seu povo, e esse novo regime de memória é o que não só ele, mas os diversos povos indígenas do Brasil estão atuando em construir. Lutam para mostrar ao Brasil, conforme a fala de Arauê, que devem ser respeitados da forma que são hoje. Que não deixam de ser indígenas só por usarem um telefone celular ou alguma tecnologia. Mais que isso, entretanto, lutam para terem seus direitos respeitados, como o direito a saúde, educação e território.

Neste novo regime de memória, os indígenas passaram também a lutar para serem ouvidos e poderem ser representados por eles mesmos, e não mais pelo órgão governamental que os tutelava (FUNAI). Na busca pela efetivação de seus direitos, como o direito à terra, saúde etc, também contaram com a ajuda de antropólogos, militantes sociais e igrejas. Pacheco de Oliveira (2016) sugere que esse processo de

mudança, ou seja, a construção desse novo regime de memória, teve início na década de 1970:

As vozes indígenas contra a colonização só se fizeram conhecer recentemente, nas últimas décadas, quando as lutas por demarcação de seus territórios, ampliadas e repercutidas por um arco de alianças (igrejas, universidades, grupos de direitos humanos), começaram a chegar até a opinião pública, em aberta contradição com as imagens idealizadas sobre a construção do país e com a postura tutelar do indigenismo. Foi este, no final da década de 1970, o momento em que, creio, iniciou-se tal ruptura. (OLIVEIRA, 2016, p. 13).

Outro ponto importante da citação cima de Pacheco de Oliveira, é quando ele afirma que as vozes indígenas atuais estão em aberta contradição com as imagens oficiais idealizadas sobre a construção do país. Estas são aquelas imagens de um indígena heroico, porém que foi extinto logo depois que se iniciou a colonização. De acordo com o autor, a participação indígena na construção do nosso país foi bem mais intensa do que aprendemos nas aulas de história.

Um dos pontos importantes demonstrados pelo autor, é que os indígenas também passaram por processos de escravização, e isto é pouco abordado nas escolas. O autor cita, por exemplo, alguns dados do historiador norte americano Stuart Schwartz, da Universidade de Yale:

As investigações tem revelado que o trabalho indígena foi a mão de obra fundamental no Brasil do século XVI. Baseando-se no estudo da documentação sobre o engenho real Sergipe, Stuart Schwartz revelou que, no ano de 1572, a mão de obra indígena representava 93%, escravos africanos perfazendo o restante. Entre os indígenas, o mais avultado contingente era de Tupinambás, seguidos pelos Caetés e Tapuias, havendo registro de indivíduos procedentes de populações tão distantes quanto os Tamoios e os Carijós (SCHWARTZ, 1988 apud OLIVEIRA, 2016, p. 59).

De acordo com Pacheco de Oliveira, com a implementação de nova modalidade de produção econômica voltada para a exportação do açúcar e baseada na mão de obra africana, a mão de obra indígena passou a se tornar secundária, apesar de continuar a ser explorada e ter sido fundamental na implementação e manutenção da colônia. Referindo-se à mão de obra indígena quando da implementação desse modelo econômico, baseado na exportação do açúcar, o autor afirma:

Com a implementação progressiva desse modelo econômico, a população autóctone passou a ser crescentemente carreada para outras atividades menos lucrativas, mas ainda assim imprescindíveis à vida da Colônia – modos de produção subsidiários, atividades de subsistência e a prestação de uma gama muito heterogênea de serviços aos colonos. (OLIVEIRA, 2016, p. 65).

Muitos dos Pataxó também me afirmam que a história oficial não conta que os indígenas foram escravizados, e eu, tampouco, em minha formação, pouco tinha ouvido falar a esse respeito. A presença indígena na historiografia, conforme essa compreensão, foi silenciada, ou teve sua importância minimizada, ou estereotipada.

Por fim, ao analisar a dinâmica de ocupação territorial dos povos indígenas no Brasil, Pacheco de Oliveira (2016, p. 266) aponta que ocorreram mudanças nas últimas décadas:

Os dados sugerem um novo perfil demográfico, em que as unidades societárias e a situação de contato dos índios Brasileiros já não mais correspondem às antigas interpretações sobre frágeis microsociedades isoladas na floresta amazônica. A mobilização por terra, as escolas básicas, os postos de saúde, as diferentes confissões religiosas, o rádio e, algumas vezes, o telefone e a televisão não se constituem mais em fatores de presença rara e eventual, pois se incorporaram à vida cotidiana nas aldeias. Temas como demarcação, direitos indígenas, conservação ambiental, desenvolvimento sustentável e até biodiversidade são discutidos pelos seus líderes.

O que podemos perceber através dessa citação de Pacheco de oliveira é que não procede criarmos a expectativa de que os indígenas atuais vivem da mesma maneira que os indígenas que viviam aqui em 1500. Conforme Arauê disse, devemos ver o índio como ele é hoje em dia, ou seja, um cidadão.

4.6 “NA NOSSA TESE O POVO PATAXÓ NÃO FICA DE FORA, SOMOS FORTES SOMOS GUERREIROS”

Quase sempre que conversava com os Pataxó sobre o “descobrimento” do Brasil, eu fazia a pergunta sobre como eles sabiam que realmente eram os Pataxó quem estavam na região na chegada dos portugueses. Ao ser perguntado, Raoní Pataxó me respondeu:

Tinham diversos povos que andavam na região. E tinha os Tupiniquim que viviam na região de Porto Seguro. Um povo que cultivava, por isso eles precisavam se estabelecer em algum lugar. E tinham outros povos que não tinham um endereço fixo. Eu creio que nessa chegada o povo Pataxó estava aqui nessa região, e no decorrer do processo creio que os Pataxó foram contatados. Dentro do processo histórico falam que os portugueses levaram 200 anos sem explorar os sertões, sem explorar o centro da mata. Eles começaram a explorar os sertões depois que os espanhóis começaram a chegar e adentrar os sertões e as regiões das grandes minas gerais em busca de pedras preciosas. Então, os portugueses também começaram a adentrar em busca de riquezas. Os povos indígenas durante estes duzentos anos poderiam estar pra dentro do sertão. E em todo esse tempo houve alianças, e diversos outros modos de contato muito fortes. Dentro desse contexto o povo Pataxó não fica de fora.

Itajá Pataxó, quando questionado, também fazia apontamentos semelhantes aos de Raoní. Para ele,

O Pataxó não era tão costeiro nessa época [época do descobrimento], porque ele era um grupo

menor. Ele era mais de serras. Do monte, do pé do monte, do monte pescoço em Itamaraju e dessas regiões de lá. Depois foram surgindo esses massacres, e o povo foi chegando na época, e o Pataxó surgiu pra beira da praia. E como ele morava bem próximo daqui, e conhecia tudo dessa região, ele foi ficando por aqui. Não tinha definição de povos. Não existia o nome Pataxó, Tupinambá ou Botocudo. Não existia nome para nenhum deles. Foi com o tempo, depois de quase dez anos que os chegantes conseguiram entender a cada povo. Então, pela primeira vez se fala em Tupinambá.

Francis Pataxó, filhos de Arauê e aluno da Licenciatura Intercultural Indígena do Instituto Federal da Bahia (IFBA), por sua vez, dizia-me que:

Nós defendemos nossa tese, né. Mas, aí a gente acaba aprofundando no conhecimento, e não foram os Pataxó. Na verdade nós fomos os terceiros a ter contato com a civilização. Os primeiros que tiveram contato foram os Tupiniquim. E não foi em Cabralia, em Coroa Vermelha, foi na Barra do Caí (próximo a Cumuruxatiba). Foi alí que eles tiveram o primeiro contato com os indígenas. Barra do Caí significa o que? Significa que ele mostrou o espelho pro índio e o índio caiu né. Ele viu a sua imagem ao espelho, se assustou e caiu. Ai eles tiveram o contato lá e depois foram pelo oceano e o indígena pela terra. Aí o segundo encontro foi em Coroa Vermelha. E essa história o livro não conta né. A gente conversa mais com os anciões e eles acabam transmitindo isso aí. Os Tupiniquim não existem mais, mas a gente observa as características físicas dos Pataxó, e eles podem ser os Tupiniquim, os Camacã, os Botocudos ou os Aimorés, pode ser uma dessas etnias. Nos Pataxós tem índios de estatura alta e de estatura baixa.

Interessante apontar na fala de Francis, que a tese que os Pataxós defendem atualmente é a de que eles estavam aqui na chegada de Cabral. No caso de Francis Pataxó, ele indica que os Pataxó tem descendência também com os Tupiniquim, ou seja, com o povo que a etnologia descreve como aquele que “recebeu” Cabral. A etnologia indígena, conforme apontado por Sampaio (2000), é muito segura em dizer que a época da chegada de Cabral, a região do litoral de Porto Seguro, era território comprovadamente ocupado pelos indígenas da etnia Tupiniquim, e que “avançaram, vindos do sul, pela costa leste e nordeste do Brasil, dela desalojando diversas outras etnias, em geral dadas como afiliadas ao tronco Macro-jê, apenas no máximo alguns pouco séculos antes da intrusão europeia (MÉTRAUX, 1933 apud SAMPAIO, 2000, p. 32).

Grunewald (2015) aponta que alguns guias turísticos da região, recentemente, também haviam se apropriado desta informação de que a região era originalmente território Tupiniquim. No entanto, o faziam para desqualificar os Pataxós, apontando que eles não são dali:

Houve mudanças significativas na qualificação indígena para responder ao discurso imperialista em seu território e sob o marco do Descobrimento. Um exemplo é quanto aos guias turísticos que ali apresentavam aos visitantes a história do lugar. Antes da reurbanização de Coroa Vermelha havia apenas guias de grandes empresas que atendem ao turismo de massa e que, em geral, explicavam aos turistas que os Pataxó eram descendentes de índios de outras regiões, que haviam se misturado com os baianos no processo de evolução e se mudaram para lá, que era terra originalmente dos Tupi. (GRUNEWALD, 2015, p. 418).

Grunewald (2001, p. 42) também dá uma ideia de como os guias turísticos apresentavam os Pataxó aos turistas:

Uma jovem guia da empresa (CVC turismo) contou que explica aos turistas que os índios não são nativos dali, mas de Minas Gerais, e que ali ficavam os Aimorés, que foram dizimados. Os que estão atualmente em Coroa Vermelha são “índios misturados com os baianos” que vivem da venda de artesanato.

Percebemos, ao analisar esses discursos sobre os Pataxó, e também analisando as narrativas deles próprios, que a tese que defendem é que de um modo ou outro eles sempre ocuparam aquela região. Francis Pataxó, por exemplo, apontava que os Pataxó também são descendentes dos Tupi, assim como, ao afirmarem que “aqui tem indígenas de diversas estaturas”, eles buscam dizer que o Pataxó é uma mistura de diversos povos, que foram aldeados juntos quando da criação da aldeia Barra Velha. Entre esses povos, o maior contingente era de indígenas Pataxó, por isso predominou essa etnônimo, entretanto também haviam indígenas Kamakãs, Botocudo e descendentes dos Tupiniquim que habitavam as vilas da região. Raoní e Itajá Pataxó, por sua vez, dão conta de dizer que o povo Pataxó sempre foi habitante da região dos entornos de Porto Seguro (sertões, serras, monte Pascoal e monte Pescoço), e que, portanto, constantemente circulavam por ali.

Augusto Sampaio (2000), apesar de afirmar que os Tupiniquins que habitavam o litoral quando da chegada de Cabral, conforme apontado no Capítulo II dessa monografia, também não nega que os Pataxós habitavam a região. Muito pelo contrário, ele também defende a tese de que os Pataxós eram indígenas que habitavam os “sertões” da região, e busca comprovar o antigo histórico de ocupação desse indígenas na região, o que também foi descrito, com riqueza de detalhes pelo príncipe alemão Maximilian de Wied-Neuwied, quando esteve de viagem na região em 1817.

Também ressaltando a legitimidade de ascendências dos primeiros povos que se encontraram com Pedro Álvares Cabral, e da força de sua cultura, o senhor Adalton Nascimento também me explicava que:

Nós Pataxó somos fortes, porque nós não somos os primeiros, mas nós somos descendentes dos primeiros. E não importa quem estava aqui, porque hoje somos nós que estamos aqui. Então, muitas nações de outras etnias ainda falam que nós não somos mais índios, nós não somos mais culturalmente. Mas, imagina, há mais de 518 anos nós estamos aqui. Não perdemos nossa cultura, nós temos nossa forma de viver, temos nossa identidade, e índio pra ser índio não se muda, tá no sangue. Nós não somos fracos, porque se nós fossemos fracos nós não estaríamos aqui com nossa descendência. Nós somos fortes, e nós somos guerreiros. Tudo se começou aqui com muita estratégia de governo, massacres, e até

hoje nós lutamos por um pedacinho de terra para sobreviver. E o Brasil não foi descoberto, a história do Brasil ainda tem muito para se descobrir. Temos a história do nosso povo que sofreu e que morreu nos massacres, principalmente a história daqui de Barra Velha, que teve o Fogo de 51, onde morreram muitos índios e muitas crianças. Nós temos nossa história viva. Então se tratando do descobrimento tem muita coisa pra se falar. Quem vê o índio só em televisão ou em livro, não tem credibilidade para poder falar sobre o indígena. Só pode falar quem viveu, quem é índio, ou quem veio aqui pra poder falar.

Na fala de Adalton Nascimento podemos perceber de que maneira, como quase todos os indígenas Pataxós, ele atua na construção de um novo regime de memória a cerca de seu povo que não o exclua da história, e reafirme a sua existência e permanência nos territórios que ocupam. Os Pataxós buscam serem respeitados com a sua ancestralidade e no verdadeiro reconhecimento de sua história, que está indissociavelmente ligada ao território que ocupam e a sua luta por reconhecimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão de curso busquei abordar como é que os indígenas Pataxó da Aldeia Barra Velha, do município de Porto Seguro, no extremo sul da Bahia, compreendem o episódio do “descobrimento” do Brasil, já que foi nessa região que ocorreu a chegada da frota do navegador português Pedro Álvares Cabral, em 1500, episódio considerado fundador do país que passou a se chamar Brasil.

Com a finalidade de compreender um pouco como os Pataxó interpretam o “descobrimento do Brasil”, realizei pesquisa de campo na aldeia Pataxó de Barra Velha durante três meses, aonde residi e pratiquei a observação participante e entrevistas com os indígenas Pataxó, no período de 08 de janeiro até 04 de abril de 2017. Além da pesquisa de campo, também me utilizei da revisão bibliográfica, consultando livros, artigos e fontes digitais referentes aos indígenas Pataxó e ao tema descobrimento do Brasil.

Nestes levantamentos pude compreender o modo como os Pataxós apresentam uma contra-narrativa à versão oficial da historiografia sobre o “descobrimento do Brasil”. Nessa contra-narrativa buscam reafirmar e demonstrar que estavam presentes na região quando o processo de colonização se iniciou, assim como continuam mantendo suas tradições indígenas. O primeiro ponto desta contra-narrativa apresentada pelos indígenas é que ela nega a palavra “descobrimento” e, ao contrário, considera o episódio da chegada dos portugueses como uma “invasão” ao seu território, e que a partir dela sucederam-se uma série de expropriações as suas terras e danos ao seu modo de vida e sua cultura. Devido à brutalidade do processo de colonização que se seguiu à invasão dos portugueses, apontam que esse processo não trouxe quase nenhum benefício para eles; muito pelo contrário, resultou em massacre de seu povo e na perda de sua cultura tradicional. Os Pataxó, em suas narrativas sobre o descobrimento, também buscam demonstrar sua descendência com os povos indígenas que aqui estavam na chegada de Cabral, buscando legitimar a sua presença no território que tradicionalmente sempre ocuparam, e que é constantemente ameaçado por pessoas que questionam ou não os consideram enquanto indígenas. Observa-se que muitas pessoas não indígenas não reconhecem os Pataxós enquanto indígenas, por equivocadamente lhes atribuir a condição de serem “aculturados”, e com isso lhes renegam suas origens étnicas.

Instrumentalizado pela teoria dos regimes de memória do professor João Pacheco de Oliveira (2016), busquei demonstrar que já há muito tempo alguns estereótipos sobre os indígenas foram estrategicamente impostos pelas elites dominantes, que tinham interesses econômicos sobre os seus territórios e a exploração da mão de obra dessas populações. Esses estereótipos, que ainda se encontram operantes na atualidade, foram criados ao longo da história da colonização, e também no segundo quartel do século XIX, quando se produzia um projeto de nação para o Brasil independente, que se queria em um país branco, sem distinções étnicas. Para isso, era preciso criar um imaginário de que os indígenas haviam sido quase completamente extintos. Este estereótipo também privilegiou as representações sobre o indígena como um ser “canibal”, “guerreiro”, que andava “nu”, ou que habitava as matas e regiões mais remotas do Brasil.

Os Pataxós, através de suas narrativas, lutam para desconstruir esses estereótipos, afirmando que apesar dos massacres que sofreram e das mudanças culturais experimentadas, resistiram e não foram extintos, além de que, não correspondem e nunca corresponderam a essas imagens idealizadas de indígena.

Por fim, ressalta-se o modo como os Pataxó estão empenhados na construção de um novo regime de memória que considere a presença indígena na formação do Brasil. e para isso é imprescindível levar em consideração as falas deles próprios sobre a sua história, e não somente o que e o modo como a historiografia oficial os tem demonstrado. Como ressalta Pacheco de Oliveira (2016, p. 71):

Estamos em terras dos Pataxós, Tupinambás e Tupiniquins; reconhecer isso não é invalidar toda a história que veio depois, é corrigi-la. Não se constroem cidadanias dentro de nações modernas declarando aleatórias ou inexistentes as marcas e os destinos sociais de vencidos e vencedores, de senhores e escravos, de religiões oficiais *versus* perseguidas. Os tempos atuais exigem outros instrumentos de convivência social, que apostem não na repressão, mas na participação; instrumentos que tenham como desafio superar as exclusões sociais, incorporar aos diferentes e às diferenças em estruturas plurais. Os indígenas tiveram – e terão – um papel importante nesse processo.

Nessa afirmação, Pacheco de Oliveira (2016) sugere uma nova perspectiva no que diz respeito a considerarmos a presença indígena na história do nosso país, por onde possamos “superar as exclusões sociais e incorporar os diferentes e as diferenças em estruturas plurais”. Penso que esta compreensão se alinha com as motivações atuais dos indígenas Pataxós, que desejam ter sua ancestralidade e cidadania reconhecidas e respeitadas, assim como de seus territórios. Como eles afirmavam, em sua tese, *os Pataxó estão dentro da história do Brasil*, e como tal querem ser reconhecidos.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Pedro. Bases para o estabelecimento da reserva Pataxó. **Revista de Antropologia**, São Paulo, n. 23, p. 19-29, 1980.

ALVES FILHO, Ivan. **Brasil 500 anos em documentos**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ARAGÃO, Salvador Pires de Carvalho e. Estudos sobre a Bahia Cabralia. e Vera Cruz feitos por Ordem do Governador do Estado o ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conselheiro Luiz Vianna pelo Major do Exército Salvador Pires de Carvalho e Aragão. Bahia, 1886.

BAHIA. Decreto-Lei nº 12.729 de 19 de abril de 1943. Cria o parque Nacional do Monte Pascoal com prerrogativas monumento nacional e dá outras providencias. *Diário Oficial*, 19 abril., 1943.

CANCELA, F. E. T. A presença de não índios nas vilas de índios de Porto Seguro: relações interétnicas, territórios multiculturais e reconfiguração de identidade – reflexões iniciais. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1, jul-dez. 2007. Disponível em:<[HTTP://seer.urgs.br/espacoAmerindio/article/view/2545](http://seer.urgs.br/espacoAmerindio/article/view/2545)>. Acesso em: mar. 2013.

CARDOSO, Thiago Motta. Paisagens em Transe; uma etnografia sobre poética e cosmopolítica dos lugares habitados pelos Pataxó no Monte Pascoal. **PPGAS/UFSC**. Florianópolis, SC, 2016. 524 p.

CARVALHO, Maria R. G. de reconhecimento étnico. **Cad. CRH [online]**. 2009, vol,22, n.57, pp.507-521 ISSN 0103-4979. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792009000300006>.

CARVALHO, Maria R. G. de. 2011 “Índios do sul e extremo sul baianos: Reprodução demográfica e relações interétnicas”. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **A presença indígena no Nordeste: Processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

CARVALHO, Maria R. G. de. **Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico**. Salvador; UFBA. Salvador, 1977. (Dissertação, Mestrado).

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil**. Belo Horizonte; Itatiaia, 1976.

CASTRO, R. Berbet de (Org.). Sob os céus de Porto Seguro. Salvador: **Diretoria de Cultura e Divulgação do Estado da Bahia**; Imprensa Oficial do Estado, 1940.

GALVÃO, Eduardo. Áreas Culturais indígenas do Brasil: 1900/1959. In; _____. *Encontro de Sociedades; índios e brancos do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1957], p. 193-228.

GOUVEIA, I. R. P. Povo Pataxó: **Inventário Cultural Pataxó**: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia. Bahia: Atxohã/Instituto Tribos Jovens (ITJ), 2011.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. 2002b. Tourism and Cultural Revival. Em: **Annals of Tourism Research**, 29 (4); 1004-1021.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. 2001. **Os Índios do Descobrimento: Tradição e Turismo**. Rio de Janeiro, Contra Capa

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. 2002a. Os Pataxó e os fluxos Coloniais. Em: Encontro Anual da ANPOCS, 26. **Caxambu; comunicação oral** (texto digitalizado).

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. 2015. Turismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: imperialismo e pós-colonialidade na região do Descobrimento do Brasil. Em: **PASOS. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. Vol. 13. N. ° 2. Special Issue Págs. 411-424. 2015.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Os 'Índios do Descobrimento': tradição e turismo' Rodrigo de Azeredo Grunewald. Rio de Janeiro: **UFRJ/ Museu Nacional/PPGAS**, 1999.

MÉTRAUX, Alfred; NIMUEDAJÚ, Curt. The Mashacali, Patashó ans Malati Linguistic Families. In; STEWARD, J. (org). **Handbook of South American Indians**. Bulletin of Bureau of American Ethnology, v. 143, n.1, p.523-530, 1946.

NEVES, Sandro Campos. 2015. A Domesticação do Turismo; estratégias Pataxó na relação com agentes e agências de turismo em Coroa Vermelha. In: **PASOS. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. Vol. 13.N.º 3 Págs. 567-580. 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 2016. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 384 pp.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar**. 1988. 315 p. Tese. São Paulo, SP; [Brasília]:Marco Zero: MCT/CNPQ.

REGO, André de Almeida. Núcleos urbanos e política indigenista: o caso das vilas indígenas na província da Bahia (século XIX). **Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas**, v 14, n. 25, jul./dez. 2013, p. 117-140.

RIBEIRO, D. **Fronteras Indígenas de laCivilizacion**. Buenos Aires: SigloVeintiuno, 1971.

SAMPAIO, J. A. L.Breve História da presença indígena no extremo-sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal. Penedo, 1996.

SAMPAIO. Breve História da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó doMonte Pascoal. In: **Cad. Hist.**, Belo Horizonte, v. 5, n. 6, p. 31-46, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. 1550/1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VILHENA, Luiz dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Apresentação de Edson Carneiro, notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969, 3 v.

WIED-NEUWIED, Maximiliano, Príncipe de. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1958.